REVISTA

OESTE

EDIÇÃO 130 — 16/09/2022

Alexandre de Moraes e Lula (de costas)

O GOLPE BRANCO DO SUPREMO

O STF acha que, para salvar a democracia, tem de agir como se chefiasse uma ditadura — elimina leis, direitos e liberdades para impor sua vontade ao Brasil

Ministros Rosa Weber, Luís Roberto Barroso e Alexandre de Moraes | Foto: STF/Divulgação

REVISTA EDIÇÃO 130

ROSA TAMBÉM ACHA QUE SÓ A DITADURA SALVA A DEMOCRACIA

O STF prolonga o túnel concebido para perpetuar a escuridão

Augusto Nunes

16 SET 2022 - 11:04

No fim da tarde de 23 de setembro de 1985, José Sarney resolveu passear por Nova York a bordo de uma limusine branca. Tal requinte, muito apreciado por casais de Michigan em lua de mel na cidade grande, foi um fecho perfeito para o dia mais glorioso da longa vida desfrutada pelo dono da capitania do Maranhão que, no ano anterior, tinha virado presidente da República. De manhã, ele chegara para discursar na abertura da assembleia geral da Organização das Nações Unidas escoltado por uma comitiva de bom tamanho. Quando empunhou o microfone, os compatriotas já ocupavam a fila do gargarejo do plenário repleto de assentos vazios.

No meio do falatório soporífero, resolveu apresentar ao mundo o poeta maranhense Bandeira Tribuzzi. Nem mesmo o bando de brasileiros ouvira qualquer menção ao bardo que conviveu com Sarney durante a juventude em São Luís. A procissão de platitudes recomeçou depois dos versos. Ansioso, o deputado mineiro Milton Reis enxergou na primeira vírgula a senha para soltar o grito de guerra que animava os comícios de antigamente: "Apoiado!". As cenas de primitivismo explícito confirmaram a frase em que Millôr Fernandes condensou o sentimento nacional decorrente da descoberta dolorosa: o país que dormiu com Tancredo Neves pronto para subir a rampa do Planalto acordou com o vice no gabinete presidencial: "Sarney foi o túnel no fim da luz".

Neste 12 de setembro, a cerimônia de posse da nova presidente do Supremo Tribunal Federal avisou que Rosa Weber é uma espécie de Sarney em forma de mulher, de toga, com sotaque gaúcho e a expressão atarantada de quem ainda não sabe direito o que faz por lá. Terminada a discurseira, enfeitada por bravatas de vereador de grotão em campanha eleitoral, ficou claro que a ministra nomeada por Dilma Rousseff é o prolongamento de um túnel que começou a ser construído em 2013, com o fim do julgamento do escândalo do Mensalão, e parece condenado a não rever a luz.

"Que não se cogite descumprir ordem judicial", caprichou na bravata a sucessora de Luiz Fux. A salva de palmas revelou que os devotos do ativismo judicial (ou da judicialização da política) encontraram no aplauso unânime o sinônimo sonoro do "apoiado!" berrado na ONU pelo deputado mineiro que admirava Sarney. A festa oferecida a Rosa teve menos pompas e fitas que as exibidas na chegada de Alexandre de Moraes ao comando do Tribunal Superior Eleitoral. Da mesma forma que o atual, nenhum ex-presidente da República deu as caras por lá. Nenhuma surpresa. Aos 73 anos, Rosa ficará no cargo só até outubro de 2023. Até aposentar-se, será obediente à maluquice segundo a qual existe uma única forma de impedir que a democracia seja assassinada por Jair Bolsonaro: tratar a pontapés a Constituição e mutilar a machadadas o Estado de Direito.

Desde o parto do inquérito das *fake news*, vulgo inquérito do fim do mundo, abjeções que deixariam ruborizado o pior advogado da Coreia do Norte ganharam o *status* de "medidas necessárias à preservação de instituições ameaçadas por atos antidemocráticos". Monitorada pelo decano Gilmar Mendes, a tropa que controla o Poder Judiciário é fortalecida por *snipers* do calibre de Luís Roberto Barroso ("Eleição não se vence, se toma"), Ricardo Lewandowski ("Se Dilma perder os direitos políticos com o *impeachment*, não conseguirá emprego nem como merendeira"), Edson Fachin (que proíbe a polícia de enfrentar bandidos e desarma os brasileiros honestos enquanto combate *hackers* homiziados na Macedônia do Norte) ou Luiz Fux "(Mexeu com um ministro, mexeu com todos").

É compreensível que um tribunal dominado por tamanhas sumidades tenha escalado Alexandre de Moraes para desempenhar simultaneamente, num único inquérito, os papéis de vítima indignada, delegado de polícia à beira de um ataque de nervos, acusador que não perdoa sequer bebê de colo e magistrado que julga tudo a favor de si mesmo — até recursos que contestam medidas sem pé nem cabeça. O inquérito infame já consumiu milhares de páginas, cujo conteúdo permanece em sigilo. Assim, os alvos do carrasco não sabem sequer do que são acusados. Mesmo depois de assumir a chefia do Tribunal Superior Eleitoral, o impetuoso artilheiro segue agindo em duas frentes.

Num mesmo dia, por exemplo, enquanto o Moraes da eleição tentava sepultar a candidatura ao Senado do deputado federal Daniel Silveira, o Moraes das *fake news* mandou às favas os sólidos argumentos apresentados pela Procuradoria-Geral da República para que sejam respeitados os direitos constitucionais de oito empresários suspeitos de terem inventado outra brasileirice de hospício: o golpe de Estado via WhatsApp, urdido e consumado com desabafos eletrônicos. Baseado numa reportagem, Moraes determinou o cumprimento de mandados de busca e apreensão na casa dos cidadão que ousam apoiar a reeleição de Jair Bolsonaro. Também ordenou o bloqueio de contas bancárias e sociais dos "investigados pela Corte".

A decisão de Moraes trucidou dois textos legais. Confiram o que dizem:

Artigo 129 da Constituição: Compete ao MPF promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.

Parágrafo II do artigo 282 do Código de Processo Penal: "As medidas cautelares serão decretadas pelo juiz, de ofício ou a requerimento das partes ou, quando no curso da investigação criminal, por representação da autoridade policial ou mediante requerimento do Ministério Público".

"Pessoas sem foro privilegiado perante o STF têm de ser investigadas e processadas na primeira instância", explica a procuradora Thaméa Danelon. "Alguém que não tem foro no STF poderá ser processado na Corte apenas se for comprovado o envolvimento em crime cometido por um indivíduo com foro." Thaméa lembra que o artigo 102 da Constituição especifica que têm direito a foro privilegiado o presidente e o vice-presidente da República, parlamentares, ministros de Estado, integrantes do Ministério Público Federal, ministros do STF e do Superior Tribunal de Justiça. Empresários não figuram na lista. Mais: a Procuradoria-Geral da República só foi notificada sobre o que aconteceria depois de Moraes ter ordenado a operação. Ministro que age assim não tem notável saber jurídico (se tem, faz de conta que esqueceu). Tampouco parece interessado em preservar a reputação ilibada, sem a qual ninguém pode jogar no Timão da Toga. São esses os dois requisitos exigidos pela Constituição. Quem não os preenche é um ministro inconstitucional.

Como a epidemia de truculências ilegais parece altamente contagiosa, vai se tornando mais extensa que muita motociata liderada por Bolsonaro. Neste fim de inverno, por exemplo, a juíza Marisa Gatelli, em ação numa comarca gaúcha a 90 quilômetros de Porto Alegre, ordenou a remoção de um outdoor com a inscrição DEUS PÁTRIA FAMÍLIA LIBERDADE. Marisa entendeu que a junção das quatro palavras "está ligada ao facismo". (Assim mesmo: facismo, sem o s entre o a e o c). O nome da cidade é Vale Real. A cabeça baldia da doutora não vale um tostão.

.

Leis ATROPELADAS

Por Cristyan Costa

Moraes determina o cumprimento de mandados de busca e apreensão na casa de empresários. O ministro também mandou bloquear as contas bancárias e as redes sociais dos oito investigados pela Corte

Dispositivos violados:

1. **Artigo 102 da Constituição:** *"Compete ao STF julgar infrações penais comuns, o presidente da República, o vice-presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República"*;
2. **Artigo 129 da Constituição:** *"Compete ao MPF promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos"*;
3. **Artigo 5° da Constituição:** *"Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade"*;
4. **Parágrafo II do artigo 282 do Código de Processo Penal:** "As medidas cautelares serão decretadas pelo juiz, de ofício ou a requerimento das partes ou, quando no curso da investigação criminal, por representação da autoridade policial ou mediante requerimento do Ministério Público".

O jurista Dircêo Torrecillas Ramos, membro da Academia Paulista de Letras Jurídicas, lembra que compete ao Ministério Público Federal "apresentar denúncias, dar diligências e exercer o controle externo da atividade policial", segundo determina o artigo 129 da Constituição. Isso não ocorreu.

"Avalio que houve excessos", constatou o jurista Ives Gandra da Silva Martins, professor universitário e doutor em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Segundo ele, o conteúdo das mensagens avaliado por Moraes representa mera opinião política. "Empresários não dão golpe de Estado. Quem teria de fazer isso são as Forças Armadas. E as chances de os militares executarem um plano dessa magnitude é igual a três vezes zero."

O jurista Adilson Dallari afirma que Moraes violou o artigo 5° da Carta Magna. "Ameaça tem de ser real, concreta, viável e suscetível de ser realizada", observou. "Não se confunde com bravata, que não é crime. Além disso, não compete ao SFT abrir inquérito dessa natureza."

Ivan Sartori, ex-presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, afirma que o TSE tem de ser transparente. "Um 'serviço secreto' não se coaduna com o sistema democrático, sobretudo diante da postura de Moraes", observou. "Há a violação do artigo 37 da Constituição, que trata da publicidade, da moralidade, da transparência e da legalidade. Existe um viés autoritário. A Justiça Eleitoral é ser transparente."

TSE proíbe Bolsonaro de usar imagens das manifestações do 7 de Setembro

Dispositivos violados:

1. **Inciso IV do artigo 5° da Constituição:** "É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato";
2. **Inciso VIII do artigo 5° da Constituição:** "Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei";
3. **Inciso IX do artigo 5° da Constituição:** "É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença".

Na terça-feira 13, o TSE proibiu, por unanimidade, o presidente Jair Bolsonaro de usar imagens do 7 de Setembro em peças de propaganda eleitoral. O TSE determinou:

- Que a Empresa Brasil de Comunicação retire vídeos do canal da TV Brasil no YouTube com trechos dos atos do presidente, sob pena de multa de R$ 10 mil, mas preservasse o material em arquivo até o fim do processo;
- Que o presidente e o candidato a vice, Braga Netto, fossem intimados a, em 24 horas, parar de veicular qualquer material de propaganda eleitoral que tenha como base as imagens de Bolsonaro nos atos de 7 de Setembro em Brasília e no Rio, sob pena de multa de R$ 10 mil;
- Que a campanha não produzisse novos conteúdos para a propaganda eleitoral com as ações realizadas no Bicentenário da Independência.

"A medida do TSE violou a liberdade de manifestação do presidente", constatou Torrecillas. "Todos podem reunir-se pacificamente em locais abertos ao público. Bolsonaro soube dividir os atos em dois: o desfile do Dia da Independência e, depois, sem a faixa presidencial, discursou para apoiadores. Não precisaria proibir o presidente."

Dallari lembrou que, como justificativa, se alegou que as festividades foram custeadas com recursos públicos. "Na verdade, recursos públicos custearam as despesas da cerimônia oficial de Brasília, onde o presidente compareceu usando a faixa presidencial". observou. "Nas outras manifestações, custeadas por particulares e por fundos de campanha, o candidato compareceu nessa qualidade. No fundo, o ministro Benedito Gonçalves atendeu a um pedido de Lula, a quem deve sua designação para o STJ."

Ameaçar prender pessoas que pretendem levar o celular para a seção eleitoral

Há duas semanas, o ministro Alexandre de Moraes, presidente do TSE, determinou que o eleitor deve entregar o celular ou qualquer outro aparelho eletrônico antes de entrar na cabine de votação no dia da eleição para "garantir o sigilo do voto". Além disso, detectores de metais poderão ser utilizados em situações excepcionais, avaliadas caso a caso pelo juiz eleitoral. Se o eleitor se recusar a entregar o aparelho, cometerá "crime eleitoral". O juiz eleitoral será avisado e deverá chamar a Polícia Militar.

O inquérito infame já consumiu milhares de páginas, cujo conteúdo permanece em sigilo. Assim, os alvos do carrasco não sabem sequer do que são acusados

"Proibir portar o celular é uma decisão correta e que está prevista em lei, pois preserva o sigilo do voto", disse Adilson Dallari. "Contudo, ameaçar alguém de prisão por isso é algo ridículo." Torrecillas completa: "Não vejo motivos para se prender alguém por isso. No máximo, uma advertência."

TSE suspende propaganda com Michelle Bolsonaro

Por unanimidade, o TSE determinou a retirada da propaganda eleitoral em que a primeira-dama Michelle Bolsonaro aparece. O material é um vídeo que integra a campanha do presidente Jair Bolsonaro. De acordo com o TSE, a Lei Eleitoral prevê a participação de apoiadores nas peças publicitárias somente em 25% do tempo, o que estaria além no vídeo.

"Normas do TSE limitam o tempo de manifestação de apoiadores", disse Dallari. "No caso, a alegação é a de que o tempo máximo teria sido ultrapassado. Obviamente, o correto seria cortar o excesso, e não proibir a propaganda inteira. O facciosismo é escandaloso."

TSE manda TV Brasil excluir das redes sociais vídeos de Bolsonaro em reunião com embaixadores

Dispositivos violados:

1. **Inciso VII do artigo 84 da Constituição:** "O presidente da República tem de manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos".

Em 30 de agosto, o TSE mandou a TV Brasil, o Google, o Facebook e o Instagram tirarem do ar vídeos da reunião do presidente Jair Bolsonaro com embaixadores, realizada em 18 de julho. Na ocasião, Bolsonaro criticou as urnas eletrônicas.

"Não há inconstitucionalidade por parte do presidente", disse Dallari. "Nos termos do artigo 84, inciso VII, compete ao presidente da República manter relações com Estados estrangeiros e seus representantes. Inconstitucional foi a reunião do Fachin com os embaixadores."

Seguindo entendimento do STF, TRE cassa candidatura do deputado federal Daniel Silveira

Dispositivos violados:

1. **Artigo 53 da Constituição:** "Deputados e senadores são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos, no exercício do mandato;
2. **Inciso XII do artigo 84 da Constituição:** "Cabe privativamente ao presidente da República conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei";
3. **Súmula IX do TSE:** "A suspensão de direitos políticos decorrente de condenação criminal transitada em julgado cessa com o cumprimento ou a extinção da pena, independendo de reabilitação ou de prova de reparação dos danos".

Com base em julgamento do STF, o Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro cassou a candidatura do deputado federal Daniel Silveira ao Senado. O STF condenou o deputado a quase dez anos de cadeia por críticas contra os ministros da Corte. Silveira, contudo, recebeu um indulto presidencial, que extingue supostos crimes cometidos por ele.

Torrecillas afirma que o parlamentar pode ser candidato nas eleições deste ano por causa do indulto. "Se há um perdão, há a extinção da pena. Se há a extinção da pena, o deputado recupera os direitos políticos", constatou o jurista. "Mais: o artigo 55 da Constituição, parágrafo 2, estabelece que, mesmo que haja uma condenação com uma sentença que transitou em julgado (não cabendo recursos), quem decide sobre a perda do mandato é o Congresso Nacional."

A deputada estadual Janaina Paschoal, jurista e uma das autoras do pedido de *impeachment* de Dilma Rousseff, argumenta que a graça (indulto individual) tem impacto na condenação criminal, e não diretamente nas questões eleitorais. "No entanto, na medida em que a inelegibilidade decorreu da condenação, a meu ver, caindo a condenação, cai a restrição."

Ex-presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, Ivan Sartori afirma que, quando há clemência do presidente da República, todos os efeitos da condenação, e a própria condenação, são perdoados. "Silveira se torna elegível", observou. O desembargador Marcelo Buhatem, presidente da Associação Nacional dos Desembargadores, vai na mesma linha. O magistrado lembrou ainda que o ministro Moraes, relator do processo que condenou Silveira, reafirmou em outra ocasião que o indulto é um ato privativo do presidente da República e tem de ser respeitado, "goste-se ou não".

Buhatem também lembrou o que estabelece a súmula número 9 do Tribunal Superior Eleitoral: "A suspensão de direitos políticos decorrente de condenação criminal transitada em julgado cessa com o cumprimento ou a extinção da pena, independendo de reabilitação ou de prova de reparação dos danos."

Advogados não têm acesso aos autos

Dispositivos violados:

1. **Súmula vinculante 14 do STF:** "É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa";
2. **Inciso LV do artigo 5° da Constituição:** "Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes".

Desde a abertura dos inquéritos inconstitucionais do STF, além de operações da Polícia Federal contra alvos dessas investigações, os advogados das partes não têm acesso aos autos do processo.

"A súmula 14 garante aos advogados dos investigados o acesso aos autos", constatou Dallari. "Ninguém pode se defender sem saber do que está sendo acusado. A proibição de acesso aos autos viola o inciso LV do artigo 5 da Carta Magna, que garante o direito ao devido processo legal."

Presos políticos e "crimes de opinião"

Dispositivos violados:

1. **Artigo 5° da Constituição:** *"Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade"*;
2. **Artigo 53 da Constituição (no caso do deputado Daniel Silveira):** *"Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos. § 1º Os Deputados e Senadores, desde a expedição do diploma, serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal"*.

O deputado Daniel Silveira, o jornalista Oswaldo Eustáquio e o ex-presidente do PTB Roberto Jefferson foram presos por críticas ao STF.

"Silveira não cometeu crime", disse Dircêo. "Ele manifestou uma opinião. O deputado tem imunidade em razão do cargo que ocupa. Por isso, compete à Câmara dos Deputados decidir o que fazer." Ainda segundo o jurista, caso o deputado tivesse sido enquadrado no artigo 286 do Código Penal, que prevê punição de três a seis meses por incitação à violência, Silveira poderia cumprir a pena em liberdade.

"Por que vai ser preso agora se, caso fosse condenado por causa disso, cumpriria a pena em liberdade?", indagou o jurista. "O ministro Alexandre de Moraes tinha de ter comunicado à Casa para que ela decidisse sobre a prisão, se fosse o caso de prisão, porque não é", acrescentou Torrecillas. "No artigo 53 da Constituição está escrito: deputados e senadores são invioláveis civil e penalmente por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos."

Sobre Oswaldo Eustáquio, o jurista explicou que, "por ser jornalista e sem foro privilegiado, o processo precisava ser encaminhado à primeira instância", afirmou. "Só no fim é que o STF seria provocado. Trata-se de um jornalista, um civil, que tem o direito à liberdade de expressão." Torrecillas lembra que *fake news*, um dos argumentos usados contra Eustáquio, é um termo subjetivo e difícil de caracterizar. Portanto, frágil no proferimento de uma sentença.

No que diz respeito à prisão de Roberto Jefferson, Ives Gandra Martins classificou de "censura prévia", que viola o artigo 5° da Constituição.

Não se pode falar sobre determinados assuntos

Dispositivos violados:

1. **Inciso IV do artigo 5° da Constituição:** "É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato";
2. **Inciso XVI do artigo 5° da Constituição:** "Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente";
3. **Artigo 220 da Constituição:** "A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição".

Sugerir a modernização da urna eletrônica e discorrer sobre possíveis efeitos colaterais das vacinas contra a covid-19, entre outros assuntos, se tornaram tabus. Agências de checagem e o consórcio de imprensa tacham reportagens de *fake news*. Em paralelo, o STF intimida pessoas e até manda prender quem se atreve a abordar esses temas.

"A atuação visando impedir ou dificultar a manifestação do pensamento viola o artigo 5°, inciso IV, e também o inciso XVI, que garante a liberdade de reunião, que pode ser física ou virtual", disse Dallari. "Além disso, viola o Art. 220, que assegura a liberdade de informação e comunicação social."

Desmonetização de canais conservadores

Dispositivos violados:

1. **Inciso IV do artigo 5° da Constituição:** "É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato".

Em setembro do ano passado, o corregedor-geral da Justiça Eleitoral, ministro Luis Felipe Salomão, determinou que a rede social GETTR suspendesse repasses de recursos via monetização e de outros serviços a páginas alinhadas ao presidente Jair Bolsonaro.

Entre os alvos estavam os jornalistas Allan dos Santos e Oswaldo Eustáquio. De acordo com o TSE, eles publicaram ameaças à democracia brasileira e são investigados em inquérito que tramita no tribunal. Os valores já repassados aos perfis devem ser direcionados para uma conta judicial.

Alguns dias depois, foi a vez de Bárbara Destefani, do canal Te Atualizei, ser desmonetizada no YouTube. Até hoje, os alvos não tiveram acesso aos autos.

"A decisão do TSE restringiu o alcance da liberdade de expressão", avaliou Torrecillas. "Há profissionais de imprensa que dependem da monetização para exercer o seu ofício. Os recursos recebidos por meio de vídeos sustentam a atividade dessas pessoas. O que houve, claramente, foi censura."

Foto: Montagem Revista Oeste/Shutterstock

REVISTA EDIÇÃO 130

CARTA AO LEITOR

A ditadura do Judiciário, a militância da imprensa e a verdade sobre os incêndios na Amazônia estão entre os destaque desta edição

redacao@oeste.com

16 SET 2022 - 11:04

Operações de busca e apreensão em casa de cidadãos de bem, que em seguida têm suas contas bancárias e redes sociais bloqueadas. Proibição de veiculação de imagens de eventos públicos. Ameaça de prisão para quem se recusar a entregar o celular antes de entrar na cabine de votação. Prisão de deputados e jornalistas. Recusa de acesso aos autos do processo para os advogados dos réus. Censura.

Esses eventos poderiam ter ocorrido em países como Cuba, Venezuela, Coreia do Norte, entre outras ditaduras. São apenas algumas das mais recentes determinações de ministros do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral. O levantamento, feito por **Cristyan Costa** e amparado na opinião de respeitados juristas brasileiros, sublinha o artigo de **Augusto Nunes**.

"Desde o parto do inquérito das *fake news*, vulgo inquérito do fim do mundo, abjeções que deixariam ruborizado o pior advogado da Coreia do Norte ganharam o *status* de 'medidas necessárias à preservação de instituições ameaçadas por atos antidemocráticos'", afirma Nunes. Para salvar a democracia, os ministros agem como se chefiassem uma ditadura — eliminam leis, direitos e liberdades para impor suas vontades ao Brasil.

A onda do "tudo é permitido, desde que seja para criticar o atual governo" atravessou o Atlântico e aterrissou na revista inglesa *The Economist*. Com o título "Bolsonaro prepara a sua Grande Mentira no Brasil", a publicação informa que o presidente planeja um golpe de Estado, está municiando com armas seus eleitores e ameaça a Floresta Amazônica, entre outras insanidades.

"O artigo não menciona o inquérito policial aberto pelo STF contra um grupo de empresários pró-Bolsonaro cujo crime foi falar de política num grupo de WhatsApp — nem da clara e sistemática violação das leis e da Constituição pelo ministro Alexandre Moraes, há mais de três anos, na sua perseguição política a aliados do presidente", observa **J.R. Guzzo.** "O leitor só lê que o presidente destrói a Amazônia. Fica sem saber que o Brasil reduziu em 25% o total das suas queimadas nos dois últimos anos."

O *ranking* dos governos brasileiros que mais registraram queimadas e desmatamentos na Amazônia é o tema da reportagem de **Edilson Salgueiro**. Num levantamento exclusivo baseado em dados oficiais, o texto destrói a falácia repetida por ideólogos, militantes e jornalistas engajados e mostra que o governo Lula lidera com folga o número de incêndios na Floresta Amazônica. "Entre 2003 e 2010, quando esteve na Presidência da República, o Brasil registrou 2,4 milhões de focos de incêndio", afirma. "Na média mensal, os números ultrapassam a marca de 25 mil."

Se continuar com a média dos primeiros 44 meses, Bolsonaro chegará ao fim do mandato registrando pouco mais de 780 mil focos de incêndio, uma média mensal de cerca de 16 mil. Com relação aos desmatamentos, o atual governo está com a medalha de bronze, atrás de Fernando Henrique Cardoso e Lula. Essas e outras verdades podem ficar escondidas por um tempo. Mas acabam escancaradas pelos fatos.

Boa leitura.

Branca Nunes

Diretora de Redação

REVISTA

OESTE

EDIÇÃO 130—16/09/2022

Alexandre de Moraes e Lula (de costas)

O GOLPE BRANCO DO SUPREMO

O STF acha que, para salvar a democracia, tem de agir como se chefiasse uma ditadura — elimina leis, direitos e liberdades para impor sua vontade ao Brasil

Alexandre de Moraes e Luiz Inácio Lula da Silva, após cerimônia de posse do ministro como novo presidente do Tribunal Superior Eleitoral, em agosto de 2022. Capa da Edição 130, da Revista Oeste | Foto: Mateus Bonomi/Agif/Estadão Conteúdo

Foto: Montagem Revista Oeste/Shutterstock

REVISTA EDIÇÃO 130

O FANTASMA DE 2014

Virada de Dilma Rousseff no meio da apuração levou à insegurança sobre o processo eleitoral no Brasil

Silvio Navarro

16 SET 2022 - 11:04

Sempre que o debate sobre a segurança da apuração das urnas eletrônicas vem à tona, o eleitor brasileiro volta a 2014. A lembrança é inevitável. Teria ou não ocorrido manipulação nos dados da Justiça Eleitoral, precisamente às 19h32, quando Dilma Rousseff ultrapassou Aécio Neves no segundo turno? Uma hora depois, os plantonistas das emissoras de TV anunciaram a vitória da petista, a mais apertada já registrada até hoje.

A eleição presidencial de 2014 é um roteiro cinematográfico perfeito. Terminou com a vitória de uma presidente impopular, que comandava o último capítulo de um projeto de poder desgastado. Foi marcada pela morte trágica do candidato Eduardo Campos (PSB) em um acidente aéreo. Foi também a última campanha bilionária, com produções de TV hollywoodianas — bancadas pelo Petrolão, como se sabe hoje. Registrou a arrancada do tucano Aécio Neves na reta final. Viu São Paulo, o maior colégio eleitoral do país, erguer uma muralha de 7 milhões de votos contra o PT.

O roteiro da apuração terminou com suspense até a cena final. Por causa da diferença do fuso horário para o Acre, o resultado só começou a ser divulgado às 19 horas pela imprensa. Porém, como a contagem teve início às 17 horas, os resultados de muitos TREs (Tribunal Regional Eleitoral) já eram conhecidos. E a dianteira de Aécio era grande.

Com mais da metade dos votos apurados, às 18h30, o tucano tinha uma vantagem de 6,7 milhões para Dilma. A campanha tucana se agitou. Um grupo de apoiadores, políticos, marqueteiros e celebridades, como o apresentador Luciano Huck, se reuniu no apartamento de Aécio em Belo Horizonte para iniciar a festa.

Em 2014, apoiadores se reúnem no apartamento de Aécio Neves para acompanhar a apuração das urnas | Foto: Reprodução/Internet

Do outro lado do campo, o clima no comitê petista era de tensão. Mesmo depois da divulgação do resultado final, os semblantes de Dilma, Lula e Rui Falcão, então presidente do PT, estavam apreensivos. Reeleita, ela permaneceu pálida ao agradecer ao eleitorado no discurso da vitória. "Chegamos, chegamos... Eu vou pedir, gente, um pouquinho de silêncio, porque a minha voz se foi. Peço que vocês me deem uma força", desabafou.

Durante anos, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) dedicou-se a negar irregularidades naquela apuração. O PSDB pediu uma auditoria do placar, que durou quase um ano. O desfecho foi inconclusivo, porque não havia materialidade para a recontagem. O caso foi encerrado oficialmente.

Dilma teve 3,5 milhões de votos a mais do que Aécio, num universo de mais de 112 milhões contabilizados — incluindo brancos e nulos. Outros 30 milhões de pessoas não foram votar

É claro que há vários casos de eleições acirradas na história, especialmente para prefeituras de pequenas cidades. Basta um único voto para o placar ser decidido. Mas a impossibilidade de mapear de onde saíram os votos que selaram a reeleição da petista deixou boa parte do eleitorado com a pulga atrás da orelha. Em tese, eles teriam partido de colégios com apuração mais lenta, no Norte e no Nordeste, e em Minas Gerais — berço político do rival. Na manhã seguinte ao pleito, a manchete repetida pelos jornais dizia: "Aécio perdeu a eleição em casa". A estratificação dos dados mostra que ela venceu em 70% das cidades mineiras — 589 das 853.

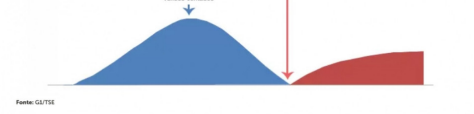
Os gráficos abaixo foram feitos a partir da contagem registrada por minuto. As curvas mostram que Dilma teria virado o jogo às 19h32, com 89% dos votos válidos apurados.

SALDO DE VOTOS DE AÉCIO E DILMA

% votos válidos apurados

Maior vantagem de Aécio: 18h26
6.773.669 votos
aproximadamente 50% dos votos válidos contados

Virada de Dilma: 19h32
88,9% dos votos válidos contados

Fonte: G1/TSE

Voto auditável

O fantasma da eleição de 2014 mobilizou políticos de diferentes correntes ideológicas para aprimorar a auditagem das urnas. Tratava-se de um pleito antigo dos partidos, que começou com Leonel Brizola (PDT), pouco depois da instalação das urnas eletrônicas, em 1996. Três projetos passaram pelo Congresso Nacional. O último deles, justamente em 2015, depois da reeleição de Dilma, teve o apoio de PSDB, MDB, PCdoB, Psol e PDT, entre outros.

Os principais candidatos que disputarão a Presidência em outubro deste ano criticaram a urna eletrônica em diferentes ocasiões. "Nada é infalível, só Deus", afirmou Lula, em 6 de junho de 2002, meses antes da eleição. "Vamos pegar o que aconteceu aqui, quantas denúncias já foram feitas de defunto que vota, de cidades que têm mais eleitores do que habitantes." Segundo o ex-presidente, "não sabemos se a urna pode ser manipulada ou não".

Há sete anos, Simone Tebet (MDB) defendeu a impressão do comprovante do voto. "Será que o meu voto depositado na urna, depois de processado, se concretiza?", perguntou, durante uma entrevista. Já Ciro gomes defender, há um ano, a adoção do voto auditável para "aperfeiçoar a urna eletrônica": "Qual o problema em tornar um sistema, que já é bom, em um sistema melhor?"

Basicamente, aperfeiçoar o sistema eleitoral passa por esse caminho: a impressão de um comprovante do voto. O TSE, contudo, rejeita qualquer mudança. O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que as medidas aprovadas pelo Legislativo eram inconstitucionais.

Em julho do ano passado, a edição 69 de Oeste detalhou o tema. Na época, como o presidente Jair Bolsonaro defendia a implementação de mecanismos para ampliar a checagem dos votos, ergueu-se no país uma frente em defesa das urnas eletrônicas. Os mesmos partidos e políticos que antes defendiam a impressão do comprovante de voto mudaram de ideia. O consórcio da imprensa lançou a tese de que o pedido de Bolsonaro, na verdade, era uma desculpa para dar um golpe de Estado caso fosse derrotado. Foi nessa fase que os editoriais da velha mídia trocaram o adjetivo "genocida" da pandemia pelo "golpista" de 2022, ao se referirem ao presidente.

Ninguém defendeu com tanto entusiasmo as urnas eletrônicas brasileiras quanto o ministro Luís Roberto Barroso. Quando comandou o TSE, ele chegou a atravessar a Praça dos Três Poderes, em Brasília, para articular a derrubada na Câmara de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), de autoria da deputada Bia Kicis (PL-DF), aliada de Bolsonaro.

Barroso levou os seguintes argumentos, que passaram a ser adotados pelos parlamentares: 1) a instalação de impressoras custaria R$ 2 bilhões — ainda que a Justiça Eleitoral consuma R$ 10 bilhões dos cofres públicos, e o fundão eleitoral mais R$ 5,7 bilhões; 2) as urnas brasileiras, de primeira geração, ainda são altamente sofisticadas, apesar de terem sido abandonadas por vizinhos, como Equador e Argentina; 3) o pano de fundo desse debate é que Bolsonaro planejaria um golpe.

O ápice da cruzada do TSE em defesa do sistema de votação ocorreu em agosto. O novo presidente da Corte Eleitoral, Alexandre de Moraes, promoveu uma festa de gala para sua posse, com 2 mil convidados, recepcionados pelos Dragões da Independência em tapete vermelho. A cena lembra a entrega do Oscar ou algum prêmio do cinema.

"Somos a única democracia do mundo que apura e divulga os resultados eleitorais no mesmo dia. Com agilidade, segurança, competência e transparência. Isso é motivo de orgulho nacional", disse Moraes

A fala de Moraes foi aplaudida pelos convidados, cuja maioria retrata um velho Brasil: Dilma, Lula, Michel Temer, José Sarney. Vinte dias depois, uma multidão cobriu as ruas do país de verde e amarelo para celebrar o 7 de Setembro. Há milhares de imagens de bandeiras. O Hino Nacional foi ouvido em centenas de cidades. São esses os símbolos de "orgulho nacional" — não as urnas eletrônicas.

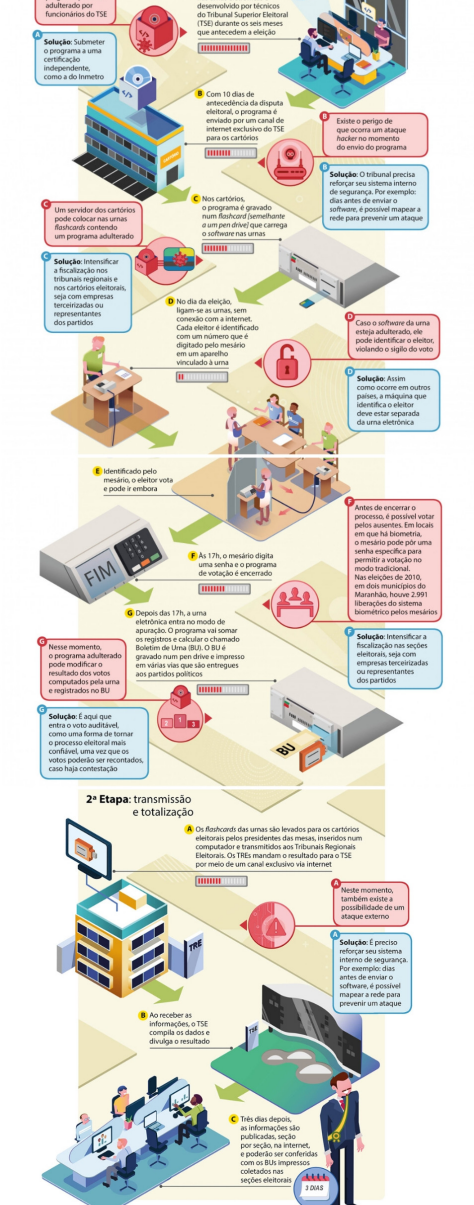



Foto: Montagem Revista Oeste/Reprodução

REVISTA EDIÇÃO 130

A GRANDE MENTIRA DA IMPRENSA MUNDIAL

A única coisa que interessa, a exemplo daquilo que acontece nas ditaduras, é transmitir uma doutrina, e apenas uma — sobre política, sociedade e a vida em geral

J. R. Guzzo

16 SET 2022 - 11:04

"Bolsonaro prepara a sua Grande Mentira no Brasil", acaba de dizer em sua capa, dramaticamente, uma revista inglesa que já teve fama, no passado, de ser um dos mais potentes faróis do melhor jornalismo de linhagem anglo-saxônica — racional, objetivo e fiel, acima de tudo, à religião dos fatos. Que tal a declaração acima, como julgamento jornalístico imparcial? Este é o título do artigo de fundo; daí para a frente, até o ponto final, só piora. Justamente no momento em que mais de 1 milhão de pessoas, ou só Deus sabe lá quantas, vão para as ruas de todo o Brasil dizer, na mais perfeita paz, ordem e respeito à lei, que querem votar em Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais de outubro, a publicação informa que ele prepara um golpe de Estado. Já está desenganado pelas pesquisas, afirma o texto e, sabendo que vai perder, levanta acusações "sem provas confiáveis" contra a integridade das apurações, com o objetivo de melar os resultados. "Os brasileiros temem", segundo a revista, que ele incite uma "insurreição" no estilo da invasão do Capitólio por "seguidores de Donald Trump", após as últimas eleições americanas, ou coisa "talvez pior".

Capa da *The Economist* | Foto: Reprodução

Que "brasileiros" com medo seriam esses? Não se informa. E como se faria essa "insurreição, na prática? Segundo diz o artigo, Bolsonaro está dando armas aos seus apoiadores. Com "2 milhões" de armas de fogo nas mãos da população em geral, "bolsonaristas poderiam atacar o tribunal eleitoral caso Lula seja declarado vencedor"; eles estão "mais bem armados do que nunca", informa o texto. O presidente pode contar também com os "400.000" homens da polícia, gente que "gosta de atirar"; uma das razões para esse apoio é que ele "prometeu imunidade legal" aos policiais que "matarem suspeitos". Essa polícia, de acordo com a revista, poderia se mostrar mais fiel a Bolsonaro "do que à Constituição"; o Exército também. Na mesma balada, revela-se um fato prodigioso, e até agora inteiramente desconhecido dos brasileiros, ou de quem quer que seja no resto do mundo: "45 políticos foram assassinados nos seis primeiros meses de 2022" no Brasil. É mesmo? Quem são, exatamente, esses políticos assassinados? O artigo não dá nenhuma informação a respeito; apenas diz, imediatamente antes de mencionar essa onda de homicídios, que o presidente "rotineiramente incita à violência". Conclusão: por tudo isso, e com a desordem, a insegurança e a matança em massa tomando conta das ruas, Bolsonaro vai invocar "poderes de emergência" para "adiar a transferência do governo" para Lula — que é considerado pela revista, é claro, o único ganhador possível e legítimo das eleições que estão aí.

O resto do texto segue na mesma linguagem e com a mesma inteligência de manifesto aprovado em assembleia geral de centro acadêmico estudantil. Bolsonaro é descrito como um possível seguidor do "livro de regras sem princípios" de Donald Trump. Ele "semeia divisão"; o "outro lado", na sua visão, não é apenas errado — é o "mal". É um político de "boca suja", que se elegeu presidente copiando os "truques" de outro homem de "boca suja", Donald Trump. É "desonesto" no "mau uso" das redes sociais. Constrói uma realidade "paralela". É uma "ameaça à floresta amazônica", que estaria sendo destruída a um ritmo "70% mais rápido" do que antes da sua passagem pela presidência. A crítica que Bolsonaro faz a Lula é condenada como sendo "absurda". Lula, por sinal, é definido no artigo como um político "pragmático", que foi um presidente "razoavelmente bom" entre 2003 e 2010. Não há detalhes sobre as sentenças da Justiça que o condenaram por corrupção passiva e lavagem de dinheiro, nem qualquer menção aos 20 meses que passou na cadeia cumprindo pena; tudo o que se diz a respeito é que ele "nega as acusações" e que o seu caso foi posto de lado pelos tribunais. Mais: Lula é um "defensor da democracia" e Bolsonaro não é — "por instinto". Reconhece-se que ele até pode jogar dentro das regras democráticas, mas vive "procurando meios de evadir" as suas exigências. "Os eleitores brasileiros deveriam resistir à atração de um populista desavergonhado", conclui a revista.

Não se diz nada sobre o fato de que Bolsonaro, em seus três anos e nove meses na presidência, não deixou de cumprir uma única ordem judicial, mesmo as ilegais

Questão de opinião? Opinião não é isso. Opinião, de qualquer um, só vale alguma coisa se estiver baseada na realidade objetiva dos fatos. Senão é apenas repetição de palavras vadias que não preenchem as condições mínimas para serem qualificadas como pensamento — ou, então, é propaganda de maionese barata com pose de análise política. Não há, em todo o artigo, nenhuma tentativa de se aproximar dos fatos. Não se diz que Bolsonaro foi eleito por quase 58 milhões de eleitores — e não por "truques". Não há a mais vaga menção à recusa permanente de Lula e do PT em tratarem Bolsonaro como um adversário político — ele é chamado publicamente de "genocida", de fora-da-lei ou de "inimigo", na definição de um juiz da suprema corte que faz militância declarada contra a sua candidatura. Não se menciona, por sinal, a atividade de um STF que usa diariamente a máquina judicial para combater Bolsonaro e seu governo — anula as suas decisões, impede que reduza impostos ou construa ferrovias, e exige, de meia em meia hora, que dê as "explicações" mais extravagantes, sobre qualquer coisa. Não se diz nada sobre o fato de que Bolsonaro, em seus três anos e nove meses na presidência, não deixou de cumprir uma única ordem judicial, mesmo as claramente ilegais, sem nexo lógico ou de cunho político. Também não desobedeceu a nenhuma decisão do Congresso, nem a qualquer lei ora em vigência do país. Não se diz que o Brasil tem presos políticos, todos eles aliados ao presidente; é público que um dos seus principais apoiadores está em prisão domiciliar, e que um deputado federal que o apoia ficou preso durante nove meses, além de ser condenado pelo STF a quase nove anos de cadeia. Como, com todos esses fatos, o Brasil de hoje teria um governo autoritário? Quem está sendo autoritário aí?

O artigo não menciona o inquérito policial aberto pelo STF contra um grupo de empresários pró-Bolsonaro cujo crime foi falar de política num grupo de WhatsApp — nem da clara e sistemática violação das leis e da Constituição pelo ministro Alexandre Moraes, há mais de três anos, na sua perseguição política a aliados do presidente. Não há nenhuma referência à atuação repressora do TSE na atual campanha eleitoral — como, por exemplo, a proibição de se exibirem imagens das manifestações de massa do dia Sete de Setembro. Lula, o homem "pragmático" que fez um governo "razoavelmente bom", comparou as manifestações a uma "reunião da Ku Klux Klan" — mas é só Bolsonaro, e não ele, que busca a "divisão" do país e que define os oponentes como o "mal". O leitor só lê que o presidente destrói a Amazônia. Não é informado que o Brasil reduziu em 25% o total das suas queimadas nos dois últimos anos. Não são números do governo brasileiro; é o que mostra o satélite AQUA M-T da NASA americana, com fotos que estão disponíveis para o público em seu site na internet. Não se diz que o Brasil vai fechar o ano de 2022 com inflação abaixo dos 7%, um dos melhores resultados na área, em qualquer economia do mundo — e nem que o crescimento estará entre os primeiros.

***The Economist* não se distingue mais de qualquer outra aglomeração de prosa, que tem preguiça de pensar e que obedece a todos os mandamentos do "politicamente correto"**

A questão central em tudo isso, obviamente, não são as atribulações atuais da revista *The Economist*, que publicou o artigo acima. Em quase 180 anos de vida, uma longevidade fora do comum para qualquer publicação deste mundo, o semanário inglês se tornou um monumento ao jornalismo de primeira classe e ao espírito humano. Era o veículo, pelo menos segundo o que sempre se acreditou, dos "tomadores de decisão" mundiais. Cada parágrafo dos seus textos trazia um desafio intelectual genuíno para quem escrevia — e uma demonstração de tremendo respeito pela inteligência de quem lia. Hoje não há nem uma coisa e nem outra. *The Economist* não se distingue mais de qualquer outra aglomeração de prosa, entre tantas que há por aí, que tem preguiça de pensar e que obedece de olhos fechados a todos os mandamentos do "politicamente correto" — numa visão do mundo neurastênica, parcial e sem sinais de vida inteligente. Não fica devendo nada, em termos de neurose e resistência à atividade de pensar, aos melhores editoriais do "consórcio nacional de órgãos de comunicação" a que se resume hoje a imprensa brasileira — ou, então, ao jornalismo do padrão CNN, que diz que o lema da bandeira do Brasil é "Independência ou Morte", e parece se orgulhar disso. Pode ser triste que as coisas tenham se tornando assim — mas cada órgão de imprensa, em qualquer lugar do mundo, é livre para tomar o caminho que quer, ou que lhe é possível nas condições habituais de temperatura e pressão das sociedades de hoje.

O problema real é a descida de boa parte do jornalismo, através de todo o planeta, ao exercício aberto do totalitarismo. Não há preocupação em relatar os fatos; ao contrário, danem-se todos os fatos, como neste texto sobre o Brasil. A única coisa que interessa, a exemplo daquilo que acontece nas ditaduras, é transmitir uma doutrina, e apenas uma — sobre política, sociedade e a vida em geral. Ou você baixa a cabeça para a "linha oficial" ou cai em desgraça. É proibido achar, por exemplo, que só as mulheres ficam menstruadas, ou que o progresso social vem da liberdade econômica, ou que cada um tem direito a ter ideias individuais; se achar qualquer coisa dessas, o sujeito é um fascista. Exercer a sua liberdade de ser a favor de alguém como Bolsonaro, então, é crime político, social e moral inafiançável. É obrigatório, ao mesmo tempo, achar que o celular, o carro elétrico e a tela Retina 4,5 Apple com "Touch ID" foram trazidos até você por Che Guevara ou pela luta de classes — e não pelo capitalismo que os deixa tão indignados. É o mundo da "despiora", do "descondenado" e, no fim das contas, do "desjornalismo". É como querer se informar lendo o *Pravda* da ditadura comunista da Rússia de outros tempos.

Foto: Shutterstock

REVISTA EDIÇÃO 130

CORPORATIVISMO MIDIÁTICO

Os jornalistas dos principais veículos de comunicação criaram uma espécie de clubinho, de patota onde ninguém solta a mão de ninguém

Rodrigo Constantino

16 SET 2022 - 11:04

Não tenho a pretensão de ser um *ombudsman* da imprensa, mas muito antes de virar um comentarista político eu já era bastante crítico a duas posturas que me incomodam muito na maioria dos jornalistas: o viés ideológico mascarado de imparcialidade e o excessivo corporativismo. É verdade que esse "espírito de corpo" não é exclusividade da imprensa e existe em várias áreas, mas nunca vi nada igual nesse setor.

Os jornalistas dos principais veículos de comunicação criaram uma espécie de clubinho, de patota, de tribo onde ninguém solta a mão de ninguém. Uma vez parte desse clubinho, você será protegido pelos colegas, estará blindado de críticas, até mesmo quando confundir coisas óbvias, como aquilo que está escrito em nossa bandeira nacional. Você vai receber prêmios que são enaltecidos apenas pelo próprio clubinho, terá afagos constantes no ego, trocando elogios mútuos com seus pares.

O personagem de humor mais famoso das redes sociais, Joaquin Teixeira, resumiu bem: "Para quem não gosta de responsabilidades, eu indico o jornalismo: você pode falar o que quiser e quando é questionado sobre algo é só alegar que foi agredido". Ele se referia ao novo ato de vitimização da jornalista Vera Magalhães, que mentiu dizendo que foi agredida pelo deputado Douglas Garcia, alegando que precisou até de escolta para sair do local onde estavam.

As imagens mostram fatos bem distintos: o deputado pode ter sido inconveniente ao cobrar explicações da jornalista naquele momento e daquela forma, mas jamais a atacou. Já Vera apertou o queixo do deputado, que é negro e gay, e chamou seguranças. Um colega seu da TV Cultura, Leão Serva, arrancou o telefone da mão do deputado e o arremessou longe, xingando-o de F.D.P. e o mandando para a P.Q.P. Quem foi agressor no caso?

Vera Magalhães e Douglas Garcia nos bastidores do debate na TV Cultura | Foto: Reprodução/Redes sociais

Podemos trocar de personagens num cenário hipotético para deixar mais claro o absurdo. Vamos imaginar que um parlamentar do Psol resolve questionar um "blogueiro bolsonarista" sobre seus ganhos públicos. Um colega blogueiro arranca seu celular e o arremessa longe, xingando-o e mandando-o para aquele lugar. O parlamentar é negro e gay. Qual a reação da velha imprensa? Sabemos a resposta a essa pergunta retórica: seria uma histeria sem tamanho contra os jornalistas, não contra o deputado!

Não obstante, todo o clubinho midiático embarcou na narrativa de que Vera Magalhães foi agredida, e o ministro Alexandre de Moraes, o imperador onipresente, chegou a determinar que a "ofensa" do deputado fosse analisada pela procuradoria eleitoral de São Paulo. O sistema tucanopetista se protege, não é mesmo? Eu adoraria que alguém me explicasse onde consta a ofensa ou o ataque na simples opinião pessoal de que determinado jornalista representa uma vergonha para o jornalismo nacional...

Eis a triste verdade: esse clubinho corporativista de jornalistas se acha acima do bem e do mal, pois exala empáfia e arrogância com sua visão de que são missionários numa cruzada moral, guias que devem apontar o rumo para o progresso a uma horda de ignorantes e bárbaros — sua própria audiência, formada por um monte de Homer Simpsons, segundo eles. Esses jornalistas jamais aceitariam ser cobrados na mesma moeda em que cobram os outros. Eles não entenderam que a bolha estourou com as redes sociais. Ou entenderam, e por isso mesmo fazem de tudo para censurá-las.

O antibolsonarismo histérico, seja por viés ideológico ou por corrupção, tem sido a cola que une essa patota corporativista. É assim que uma simples opinião vira "ataque"

Quando há o Congresso em Foco, uma eleição dos melhores parlamentares escolhidos por jornalistas, invariavelmente temos a turma da esquerda radical como preferida. Uma reportagem de Bruna Komarchesqui na *Gazeta do Povo* mostrou estudo que aponta o viés: "Em sua edição mais recente, uma das maiores pesquisas feitas com jornalistas brasileiros mostra que a maioria esmagadora (81%) dos que responderam sobre convicções políticas se declarara de esquerda (52,8%) ou centro-esquerda (29%). Por outro lado, apenas 4% dos jornalistas disseram ter posicionamento mais à direita (sendo 1,4% de direita e 2,5% de centro-direita). Até mesmo os que se identificam como extrema esquerda (2%) superam os que os que se dizem de direita".

Mas, se você aponta o óbvio, o viés esquerdista da patota, você é recebido com pedras. Eles precisam manter as aparências, afinal, o ideal de isenção e imparcialidade aprendido na faculdade de jornalismo. Eles são JOR-NA-LIS-TAS, não esquerdistas ou militantes. Não importa que todos possam perceber o duplo padrão escancarado de quando entrevistam um petista ou um bolsonarista. Nossa mídia virou partido de oposição, os entrevistadores se acham debatedores quando o "alvo" é de direita, e, quando são cobrados da mesma forma com que cobram os políticos, bancam a vítima e alegam que foram "atacados".

Não custa lembrar que são os mesmos que dizem que os atos patrióticos pacíficos e ordeiros do 7 de Setembro representam "ataques" às instituições democráticas. Estão todos unidos num esforço conjunto para derrubar Bolsonaro, mesmo que para tanto seja preciso trazer o ladrão de volta à cena do crime. São "jornalistas" que não se importam quando jornalistas, tratados como "blogueiros bolsonaristas", são presos pelo arbítrio supremo. São "jornalistas" que pregam a censura a veículos de comunicação independentes e plurais, como a Jovem Pan — que possui mais petistas em seu quadro de comentaristas do que qualquer concorrente possui de conservadores.

A mais nova investida do clubinho foi justamente contra a emissora de rádio que virou TV e faz enorme sucesso por romper com essa "*omertà*" mafiosa, a espiral de silêncio imposta pelo clubinho. Guilherme Fiuza comentou: "A resistência democrática encontrou seu plano genial: capar a audiência dos *Pingos nos Is* na internet. Bravo! A censura é a alma da democracia. Ainda assim, considerem a possibilidade de um dia sair do armário. Vocês vão ver como é bonita a vista aqui fora". Fiuza passou a chamar essa mídia corrompida de "consórcio", e lamenta profundamente no que se transformou a velha imprensa. Resta a ironia mesmo: "Sobe para 99,9% o índice de jornalistas em transe dispostos a tudo para eleger um ladrão".

A militância é tão bizarra que esses jornalistas precisam apagar o passado recente. Bolsonaro passou a representar a maior ameaça à liberdade de imprensa, sendo que não moveu uma palha contra o trabalho da mídia, enquanto Lula fala abertamente em controlar a imprensa e, quando esteve no poder, criou o famoso "PIG", Partido da Imprensa Golpista. Sua tática consistia em ataques machistas e blogs "chapas-brancas" para radicalizar os ataques à imprensa independente.

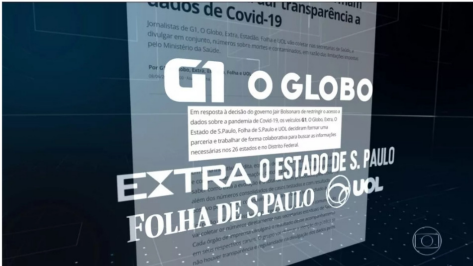
O antibolsonarismo histérico, seja por viés ideológico ou por corrupção, tem sido a cola que une essa patota corporativista. É assim que uma simples opinião vira "ataque", enquanto os constantes ataques contra o presidente viram mera opinião — ou pior, "reportagem". Mas todos fora da bolha notam, e por isso a credibilidade da velha imprensa só faz desabar. Dentro da bolha, porém, ninguém larga a mão de ninguém, e um fica bajulando o outro. É constrangedor...

Globo anuncia os veículos que fazem parte do chamado "consócio de imprensa" | Foto: Reprodução/Youtube

Foto: Montagem Revista Oeste/Shutterstock

REVISTA EDIÇÃO 130

A FALHA E O TUBO

Um dia esse jornal se encontrou com uma plataforma livre. Segue-se o diálogo travado entre os dois grandes veículos

Guilherme Fiuza

16 SET 2022 - 11:04

Era uma vez um grande jornal isento chamado Falha de Sapê. Um dia esse jornal se encontrou com uma grande plataforma livre chamada O Tubo. O encontro se deu numa esquina escura da internet. Segue-se o diálogo travado entre os dois grandes veículos, a Falha e o Tubo, segundo uma fonte:

— Opa.

— Fala aí.

— Tô te esperando há um tempão.

— Desculpe. Perdi a hora censurando uns vídeos.

— Pelo menos fez o trabalho direito?

— Claro. Botei todos na sombra, pra ninguém encontrar.

— Isso é muito mais legal que remover, né?

— Muito mais. O autor fica com a ilusão de que tá falando pra um monte de gente e o vídeo dele não aparece pra ninguém ahahaha!

— Ahahaha!

— E lá no jornal? Resolveram aquele problema dos especialistas?

— Totalmente resolvido.

— Que bom. Ninguém mais tava acreditando naquele "dizem especialistas", né?

— Tem sempre uns trouxas que acreditam em tudo. Mas era hora de mudar.

— Como é que vai ser agora?

— "Diz leitor".

— Como assim?

— O "dizem especialistas" restringia muito, porque mal ou bem a coisa tinha que ser verossímil.

— Saquei. Genial!

— Não é? Com o "diz leitor" a gente pode falar qualquer barbaridade sem aquela chatice de ter que parecer fundamentado.

— Liberdade de expressão.

— No caso, liberdade de impressão.

— Perfeito. E ninguém reclamou que pra publicar o que o leitor diz não precisava do jornal?

— Ninguém. O pessoal recebeu como democratização do jornalismo.

— Eles compram qualquer coisa, né?

— Qualquer coisa.

— Falando em comprar: trouxe a muamba?

— Claro. Tá aqui.

— Mas não foi bem isso que a gente combinou.

— Foi o que deu pra arrumar.

— Mas faz o mesmo efeito da outra?

— Praticamente. Esse veneno realmente não resolve na hora, mas asfixia aos poucos.

— Ah, então por um lado é até melhor, né?

— Também acho. Você queria uma reportagem inventando um crime, pra poder riscar o fascista do mapa. Isso a gente não conseguiu fazer, estou com equipe reduzida.

Se eles mudarem pra Pingos nos Js acho que não teria o mesmo alcance, né?

— Muita gente de férias?

— Não. No curso de checagem.

— É bom esse curso?

— Uma porcaria. Mas a gente ganha pra fazer essa "capacitação", aí não dá pra reclamar.

— Depois é só repetir a cartilha do patrocinador nas matérias.

— Exatamente. Claro que não precisava de curso pra isso, mas não custa nada cumprir o ritual ahaha.

— Ahaha.

— Então o que eu te trouxe é o seguinte: uma reportagem mostrando que você favorece os fascistas.

— Eu??!!

— Sim, você.

— Logo eu que vivo cortando cabeça e silenciando essa gente?

— É. No início você vai parecer mal na foto, mas logo todo mundo vai entender o jogo e te elogiar.

— Por quê?

— Porque você vai aproveitar a reportagem que eu te trouxe como justificativa pra sabotar aquele elemento mais perigoso. Não é isso que você quer?

— É. Mas como eu vou explicar o meu "favorecimento" a ele?

— Não precisa explicar. Quando você travar o canal dele, a alegria na patrulha vai ser tão grande que ninguém vai se lembrar do motivo.

— Será?

— Bom, você me disse que estava com dificuldade de boicotar esse elemento perigoso pela audiência enorme dele, que ia dar na vista. Estou te trazendo o pretexto. O resto é contigo.

— Tem razão. Obrigado. Mas posso te fazer mais um pedido?

— Manda.

— Será que algum daqueles intelectuais afetados que escrevem na Falha poderia fazer uma crítica ao alfabeto?

— Hein?

— Nem seria criticar o alfabeto inteiro. Só fazer um ataque filosófico à letra "i".

— Como assim?

— Dizer que o "i" tem uma função subliminar de dominação das minorias pela elite branca e deveria ser banido da língua portuguesa.

— Acho que consigo sim. Posso saber pra quê?

— Pra acabar de vez com o elemento perigoso. Se eles mudarem pra Pingos nos Js acho que não teria o mesmo alcance, né?

— Bem pensado. Com certeza não. E sem o "i" a palavra Pingos também ficaria inviável.

— Isso. Atacaríamos em duas frentes.

— Deixa comigo. Vou pedir aos intelectuais aqui da Falha que pensem também numa proposta revolucionária para a substituição do "i" nas outras palavras.

— Que tal um punho cerrado?

— Genial! Você também é um intelectual. Quer escrever na Falha?

— Obrigado, não tenho tempo. Muito vídeo pra censurar.

— Imagino. Então boa sorte com a tesoura por um mundo melhor!

— Sucesso com as *fake news* de grife!

— É nóis!

— O certo é "nós".

— Eu sei. É jeito de falar.

— Tá, mas vai procurando outro jeito porque nós vamos acabar com o "i".

Foto: Montagem Revista Oeste/Shutterstock/Freepik/Reprodução

REVISTA | EDIÇÃO 130

A RECEITA DA KU KLUX KLAN

Diante das aterrorizantes imagens do 7 de Setembro, Lula teve a brilhante ideia de comparar os atos que também comemoravam o bicentenário da nossa Independência com os da Ku Klux Klan

Ana Paula Henkel

16 SET 2022 - 11:04

E então veio a ressaca — aquela ruim, que traz uma dor de cabeça insuportável — do 7 de Setembro. Eles mal puderam abrir os olhos e acreditar no que estavam vendo. Como assim milhões de brasileiros foram às ruas apoiar um governo em fim de mandato? Como assim milhões de pessoas estiveram juntas em centenas de cidades pelo país celebrando as cores e a bandeira do Brasil, pedindo respeito à Constituição e nenhuma lata de lixo foi revirada? Nenhuma briga foi reportada, nenhuma vidraça foi quebrada e nenhum prédio depredado? Meu Deus! Os ungidos estavam certos, isso é a cara do fascismo.

Mas, para a patota que anda de mãos dadas com a imprensa de necrotério (ou do "despiora") que ficou na torcida por um 6 de janeiro tupiniquim, não bastou tentar pintar um quadro de horror com as manifestações pacíficas, ordeiras e democráticas que encheram ruas e avenidas de girassóis humanos. Eles foram além. Diante de imagens aterrorizantes de uma congregação histórica de brasileiros de várias etnias, idades e religiões, o ex-presidente e ex-presidiário Lula teve a brilhante ideia de comparar os atos que também comemoravam o bicentenário da nossa Independência com atos da Ku Klux Klan, grupo de terrorismo doméstico fundado logo após o fim da Guerra Civil dos Estados Unidos, em 1866, no Tennessee. Para manter a supremacia branca nos governos do sul após e derrota dos confederados para o exército da União de Abraham Lincoln, a KKK usava extrema violência e intimidação contra negros e brancos que ousassem ajudar outros negros a ascender na sociedade.

Manifestação pró-governo no 7 de Setembro, em comemoração ao Bicentenário da Independência do Brasil | Foto: TV Brasil

Apesar de ter virado chacota em todo o Brasil depois de vociferar em um microfone que as manifestações pareciam uma reunião da "cuscuz clã", podemos usar as ofensas do corrupto de estimação do STF para esclarecer mais uma falácia imensamente propagada pelos "jornalistas e correspondentes" internacionais no Brasil, assim como membros do consórcio na América. Ao contrário do que tentam empurrar os "regressistas" (sim, não há nada de progresso nos tais progressistas) na educação e na mídia, a história do Partido Democrata até o século 20 é uma história praticamente ininterrupta de roubo, corrupção, intolerância e racismo. Para isso, basta apenas voltarmos nas páginas da história. Detalhes chatos que esquerdistas não apreciam, mas está tudo lá.

O partido da escravidão

Os democratas sempre foram o partido da escravidão, e a mentalidade escravagista continua a moldar as políticas dos líderes democratas hoje, até para usar as minorias apenas como simples massa de manobra e manutenção de poder político. A questão não é que os democratas inventaram a escravidão, que é uma instituição antiga que antecede em muito a América. Em vez disso, democratas inventaram uma nova justificativa para a escravidão, a escravidão como um "bem positivo".

Muitos insistiam que a escravidão não era benéfica apenas para os senhores; diziam que também era bom para os escravos. Hoje, "especialistas" tentam esconder a cumplicidade dos democratas na escravidão nos EUA, culpando o "Sul" pela nefasta prática. Essas pessoas teceram todo um fio que que tenta retratar de maneira simplista a batalha da escravidão como uma batalha entre o Norte antiescravagista e o Sul pró-escravidão. É claro que isso beneficia os democratas no atual cenário político, porque hoje a principal força do Partido Democrata está no Norte e, a do Partido Republicano, no Sul.

Mas a questão da escravidão não era principalmente uma questão Norte-Sul. Na verdade, foi uma batalha entre os democratas pró-escravidão e os republicanos antiescravidão. Isso não é uma mera opinião, está nos livros de história. Basta visitarmos suas páginas e veremos que os democratas do norte, como Stephen Douglas, protegiam a escravidão, enquanto a maioria dos sulistas não possuía escravos. Basicamente três quartos daqueles que lutaram na Guerra Civil do lado confederado não tinham escravos e não estavam lutando para proteger a escravidão.

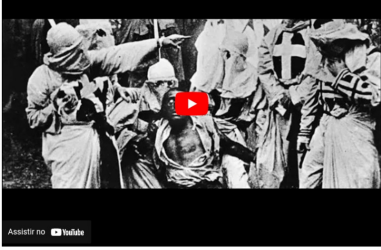
Enquanto isso, todos os republicanos, em um grau ou outro, se opunham à escravidão. O próprio Partido Republicano como conhecemos hoje foi fundado exatamente para acabar com a escravidão. É claro que havia uma variedade de pontos de vista entre os republicanos, de abolicionistas que buscavam acabar imediatamente com a escravidão a republicanos como Abraham Lincoln, que reconheciam que isso era uma questão também constitucional e politicamente impossível de resolver da noite para o dia. Então, eles se concentraram em impedir a extensão da escravidão aos novos territórios. Esta foi a principal plataforma com a qual Lincoln venceu a conturbada eleição de 1860. Como ele resumiu em seu primeiro discurso de posse, "um lado acredita que a escravidão é certa e que deve ser estendida aos novos Estados, e o outro acredita que é errada e deve ser restrita". Como disse Lincoln no famoso discurso, "esta é a única disputa substancial".

O tal "ódio da classe média" da boca de Marilena Chauí, companheira do ex-presidiário, nunca foi tão visceral para todos eles

Após a guerra que mais matou norte-americanos em sua história, os republicanos acabaram com a escravidão e baniram a prática permanentemente através da Décima Terceira Emenda. Os democratas responderam agressivamente se opondo à emenda e um grupo de membros do partido planejou e assassinou Abraham Lincoln, o homem que consideravam responsável pela emancipação dos negros. Os republicanos aprovaram então a Décima Quarta Emenda, garantindo aos negros direitos iguais perante a lei, e a Décima Quinta Emenda, que deu aos negros o direito de votar. Tudo isso com violenta oposição dos democratas.

Os votos de homens anteriormente escravizados ajudaram a dar ao Partido Republicano o controle da legislatura do Estado do Mississippi, o que fez de Hiram Rhodes Revels o primeiro afro-americano no Senado dos Estados Unidos. Em 1870, a Carolina do Sul elegeu diretamente Joseph Rainey também pelo Partido Republicano, outro afro-americano, para a Câmara dos Representantes dos EUA. A Ku KLux Klan reagiu com manifestações noturnas aterrorizantes com homens encapuzados e tochas de fogo nas casas dos eleitores negros. Em todo o Sul, o linchamento e a intimidação eram predominantes. A KKK usou sigilo, intimidação, violência e assassinato para impedir que homens negros anteriormente escravizados votassem. Homens brancos que porventura usassem seus cargos e profissões para ajudar negros e seus apoiadores também viraram alvos do terror da KKK. Tudo para que a plataforma de Era da Reconstrução, que também visava a dar aos negros direitos sociais, políticos e econômicos, não avançasse.

Ku Klux Klan, com uma cruz queimando no Tennessee, 4 de setembro de 1948 | Foto: Shutterstock

Depois que a Reconstrução terminou, em 1877, as legislaturas estaduais foram capazes de implementar as leis de Jim Crow que garantiam a superioridade e a segregação dos brancos. Os eleitores negros foram intimidados ou simplesmente impedidos de se registrar e votar. As novas leis colocaram obstáculos quase intransponíveis. A Ku Klux Klan inicial se desfez na década de 1870, em parte por causa de leis federais, mas também porque seus objetivos foram alcançados nos Estados. A organização seria revivida no início do século 20 com seu retrato falsamente heroico no filme *O Nascimento de uma Nação* (*The Birth of a Nation*), aclamado pelos democratas, e o afluxo de imigrantes católicos e judeus da Europa Oriental ofereceu um novo alvo para o preconceito da KKK.

Atualmente, muitos democratas se defendem dizendo que a escravidão acabou em 1865 e que, por isso, não podem ser colocados no balaio da culpa pelos erros pré-guerra do Partido Democrata. Fato. Porém, a digital segregacionista do partido vai do apoio à escravidão à cumplicidade na Ku Klux Klan. A organização fundada por um grupo de ex-soldados confederados teve como primeiro grande líder um general que também foi delegado na Convenção Nacional Democrata. A KKK, como mostra a história, logo se espalhou do Sul para o Centro-Oeste e o Oeste. Nas palavras do historiador Eric Foner, ela se tornou "o braço terrorista doméstico do Partido Democrata que, na década de 1880, inventou a segregação e as leis Jim Crow que duraram até a década de 1960". Líderes democratas, incluindo pelo menos um presidente, dois juízes da Suprema Corte e inúmeros senadores e congressistas, eram membros da Klan. O último deles, Robert Byrd, morreu em 2010 e foi elogiado pelos ex-presidentes Barack Obama e Bill Clinton.

A história sórdida do Partido Democrata no início do século 20, fortemente escondida e blindada pela imprensa a até por historiadores, é casada com a história abominável do movimento progressista durante o mesmo período. "Progressistas" como Margaret Sanger, fundadora da *Planned Parenthood*, cadeia de clínicas de aborto espalhadas por todo o país — e elogiada publicamente por Hillary Clinton — apoiaram causas como a eugenia e o *darwinismo* social. Embora o aborto não fosse um problema na época de Sanger, ela apoiou a esterilização forçada de pessoas "impróprias", principalmente negros e minorias. O projeto do modelo de feminismo para as democratas foi especificamente focado na redução da população negra, e clínicas abortivas foram implantadas majoritariamente nas comunidades e bairros negros nos Estados Unidos.

Ku Klux Klan, na área de Panhandle, Flórida, Estados Unidos, em 1995 | Foto: Shutterstock

Os regressistas democratas

Pois é, pouco disso é conhecido pelas pessoas hoje, porque os regressistas democratas fizeram um bom trabalho varrendo tudo para debaixo do tapete, assim como andam tentando reescrever o que — de fato — aconteceu durante a pandemia. Essas páginas são simplesmente deixadas de fora dos livros didáticos, debates, reportagens e informações passadas na TV, embora tudo esteja documentado no registro histórico. Há anos, eles têm trabalhado arduamente para distorcer, esconder e até mentir sobre esses fatos. E, para isso, têm todo um contingente cultural — a grande mídia, Hollywood, as universidades de elite e agora até mesmo o esporte — para vender sua propaganda e as páginas editadas de seu ministério da verdade.

Curiosamente, o Partido Republicano não é apenas o partido dos direitos dos negros, mas também dos direitos das mulheres. Os republicanos incluíram o sufrágio feminino na plataforma do partido já em 1896. A primeira mulher eleita para o Congresso foi a republicana Jeanette Rankin, em 1916. Naquele ano, o partido teve um apoio excepcional defendendo o direito de voto para as mulheres, então, depois que os republicanos recuperaram o controle do Congresso, a Décima Nona Emenda concedeu o sufrágio feminino, e voto feminino foi finalmente aprovado, em 1919, sendo ratificado pelos Estados no ano seguinte.

Apesar de toda a sua intenção assassina, Leon Trotsky, comunista e líder na Revolução de Outubro de 1917, na Rússia, uma vez tropeçou num pedaço de projeto de sabedoria que viveu através dos tempos. No auge de uma das maiores instabilidades na Europa, Trotsky escreveu que, às vezes, há um limite para o diálogo. Quais são as opções para argumentarmos com pessoas que nos desumanizaram e que determinaram que somos — de qualquer maneira — o pior inimigo? Em que ponto alguns perceberão que o outro lado não está disposto a visitar nenhuma lógica e está determinado a nos esmagar pelo poder político?

O curioso é que as elites esquerdistas brancas explicam muito sobre menosprezo. Ao focar em xingamentos e no suposto racismo das classes trabalhadoras e de movimentos populares democráticos e patrióticos que rejeitam as ideias dessas bolhas hedonistas disfarçadas de tolerantes, eles pensam que encontram isenção para suas próprias vidas segregacionistas. O tal "ódio da classe média" da boca de Marilena Chauí, companheira do ex-presidiário, nunca foi tão visceral para todos eles.

O 7 de Setembro mostrou — e imprimiu nas páginas da história — imagens que incomodarão os incautos por muito tempo. Mas, além disso, o 7 de Setembro levantou espelhos para que aqueles que têm ódio do Brasil e de sua gente pudessem ver e expor a real imagem de uma hipocrisia.

Barracas ocupam as calçadas dos dois lados da rua no distrito de Skid Row, região central de Los Angeles | Foto: Gabriel de Arruda Castro/Revista Oeste

REVISTA EDIÇÃO 130

NA CALIFÓRNIA, É PERMITIDO ROUBAR

Além dos moradores de rua que tomam as ruas de Los Angeles, desde 2014, quem furta até US$ 950 não vai preso — não importa quantas vezes o crime se repita

Gabriel de Arruda Castro

16 SET 2022 - 11:04

LOS ANGELES — Um homem caminha nu a poucos metros da prefeitura. Outro urina onde um dia houve uma árvore, na calçada de uma avenida movimentada e de frente para os carros, sem qualquer preocupação em esconder a genitália. Um terceiro ameaça agredir um rapaz com um pedaço de madeira enquanto profere insultos. Uma prostituta quase é atingida por uma garrafa arremessada por um morador de rua. Uma jovem, aparentando uma espécie de transe, se deita numa pequena faixa de cimento entre duas ruas movimentadas. Outra mulher grita, fora de si, às 6h30 da manhã de domingo, enquanto um transeunte tenta convencê-la a colocar sua calça de volta.

Dependente químico usando fentanil, uma droga nova, no distrito de Skid Row. Eles cobrem o rosto para aumentar o efeito e permanecem nessa posição, paralisados pelo efeito da droga | Foto: Gabriel de Arruda Castro/Revista Oeste

Estas são algumas das cenas que a reportagem de **Oeste** testemunhou em apenas 36 horas em Los Angeles — que, como outras cidades da Califórnia, está imersa numa onda sem precedentes de crime e desordem. A face mais visível do problema são as incontáveis barracas que se espalham pela segunda maior cidade dos Estados Unidos. Geralmente cercadas por lixo, pichações e imóveis abandonados, essas áreas se tornaram focos de venda e uso de drogas, além de crimes que acompanham o vício. O problema sempre existiu. Mas nunca foi tão grave.

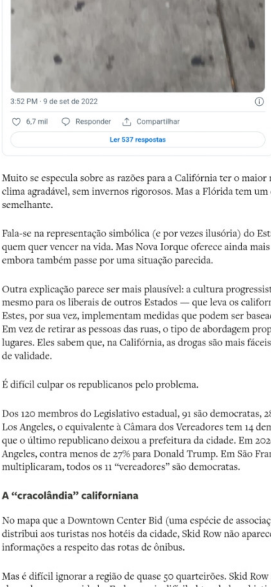
Segundo o Departamento de Habitação e Desenvolvimento Urbano do governo federal, o número de sem-teto na Califórnia aumentou 57% de 2010 a 2020. O crescimento continuou durante a pandemia. No condado de Los Angeles, o número atingiu 69 mil pessoas neste ano, de acordo com o órgão local que lida com o tema.

Kari Lake
@KariLake · Seguir
Governor candidate, AZ

San Francisco Today, Downtown Phoenix in a few years if we don't get serious about our Drug/Homeless problem.

3:52 PM · 9 de set de 2022

6,7 mil Responder Compartilhar

Ler 537 respostas

Muito se especula sobre as razões para a Califórnia ter o maior número de moradores de rua do país. Fala-se do clima agradável, sem invernos rigorosos. Mas a Flórida tem um clima ainda mais amigável e não vive crise semelhante.

Fala-se na representação simbólica (e por vezes ilusória) do Estado como um lugar de oportunidades para quem quer vencer na vida. Mas Nova Iorque oferece ainda mais atrativos e tem menos moradores de rua — embora também passe por uma situação parecida.

Outra explicação parece ser mais plausível: a cultura progressista da Califórnia — progressista demais até mesmo para os liberais de outros Estados — que leva os californianos a elegerem políticos muito à esquerda. Estes, por sua vez, implementam medidas que podem ser baseadas em boas intenções, mas têm sido inefetivas. Em vez de retirar as pessoas das ruas, o tipo de abordagem proposto pelo Estado atrai sem-teto de outros lugares. Eles sabem que, na Califórnia, as drogas são mais fáceis, e o auxílio do governo é generoso e sem prazo de validade.

É difícil culpar os republicanos pelo problema.

Dos 120 membros do Legislativo estadual, 91 são democratas, 28 são republicanos e um é independente. Em Los Angeles, o equivalente à Câmara dos Vereadores tem 14 democratas, um independente... e só. Faz 21 anos que o último republicano deixou a prefeitura da cidade. Em 2020, Joe Biden teve 71% dos votos em Los Angeles, contra menos de 27% para Donald Trump. Em São Francisco, onde os moradores de rua também se multiplicaram, todos os 11 "vereadores" são democratas.

A "cracolândia" californiana

No mapa que a Downtown Center Bid (uma espécie de associação comercial do Centro de Los Angeles) distribui aos turistas nos hotéis da cidade, Skid Row não aparece — fica estrategicamente escondida sob as informações a respeito das rotas de ônibus.

Mas é difícil ignorar a região de quase 50 quarteirões. Skid Row se transformou em uma referência pouco abonadora para a cidade. Embora seja difícil obter dados objetivos sobre o assunto, é muito provável que esta seja a maior concentração de moradores de rua do planeta.

(São Paulo, por exemplo, onde as barras se proliferam pelas calçadas, praças e canteiros numa velocidade impressionante, tem pouco mais de 12 milhões de habitantes e 32 mil moradores de rua. Los Angeles, com seus quase 70 mil sem-teto, tem menos de 4 milhões de pessoas.)

Distrito de Skid Row, na região central de Los Angeles | Foto: Gabriel de Arruda Castro/Revista Oeste

Distrito de Skid Row, em Los Angeles | Foto: Gabriel de Arruda Castro/Revista Oeste

Skid Row lembra a cracolândia de São Paulo, com duas diferenças. Primeira: em vez de crack, as drogas preferidas são a heroína e o fentanil (uma espécie de analgésico superpotente). Segunda: há muito mais usuários de drogas em Skid Row do que na cracolândia. O número oscila, mas algumas estimativas falam em mais de 10 mil moradores de rua só naquela região. A cracolândia não costuma ter mais de 2 mil frequentadores regulares.

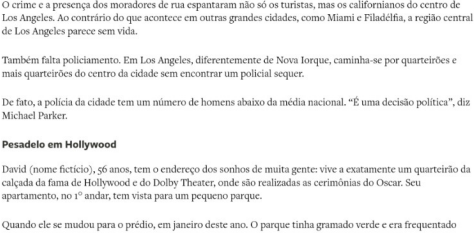
Em Skid Row, ruas e mais ruas são tomadas por barracas e lixo. E, assim como em São Paulo, ninguém passa fome: igrejas e ONGs oferecem alimento aos sem-teto em pontos diferentes do distrito.

Extensão do distrito de Skid Row, em Los Angeles | Foto: Reprodução

Na verdade, assistentes sociais dizem que, justamente por receberem benefícios sem qualquer expectativa de contrapartida, esses moradores de rua (em cerca de 80% dos casos, dependentes químicos) ficam presos em um ciclo de dependência. "Muitas pessoas adotam uma solução de curto prazo, mas o problema requer soluções de longo prazo", diz Michael Parker, que trabalhou como policial em Los Angeles por 32 anos e hoje é consultor de segurança.

Centro morto

O prefeito de Los Angeles, Eric Garcetti, não precisa ir muito longe para deparar com o problema dos moradores de rua. Barracas também se enfileiram à beira de um terreno vazio em frente à prefeitura, o prédio imponente em estilo *art déco* que foi inaugurado em 1928 e é um dos pontos turísticos da cidade.

Barracas também se enfileiram à beira de um terreno vazio em frente à prefeitura, um dos pontos turísticos da cidade | Foto: Gabriel de Arruda Castro/Revista Oeste

Barracas no terreno em frente à prefeitura de Los Angeles | Foto: Gabriel de Arruda Castro/Revista Oeste

Em uma tarde de sábado, a poucos passos dali, um grupo de cinco turistas espanhóis parece decepcionado. "Eu esperava mais. Achava que a cidade seria mais viva", afirma Cristian Hernandez. Ele diz que não se sentiria seguro em andar no mesmo local à noite.

O crime e a presença dos moradores de rua espantaram não só os turistas, mas os californianos do centro de Los Angeles. Ao contrário do que acontece em outras grandes cidades, como Miami e Filadélfia, a região central de Los Angeles parece sem vida.

Também falta policiamento. Em Los Angeles, diferentemente de Nova Iorque, caminha-se por quarteirões e mais quarteirões do centro da cidade sem encontrar um policial sequer.

De fato, a polícia da cidade tem um número de homens abaixo da média nacional. "É uma decisão política", diz Michael Parker.

Pesadelo em Hollywood

David (nome fictício), 56 anos, tem o endereço dos sonhos de muita gente: vive a exatamente um quarteirão da calçada da fama de Hollywood e do Dolby Theater, onde são realizadas as cerimônias do Oscar. Seu apartamento, no 1° andar, tem vista para um pequeno parque.

Quando ele se mudou para o prédio, em janeiro deste ano. O parque tinha gramado verde e era frequentado pelos moradores da região, que usavam os equipamentos de ginástica do local.

Agora, apenas oito meses depois, a vida dele mudou. Quando olha pela sacada, David depara com um grupo de sem-teto vivendo em barracas. Elas estão apoiadas exatamente no frágil alambrado que faz a separação entre o parque e a área do prédio.

Cracolândia localizada a um quarteirão da calçada da fama de Hollywood | Foto: Gabriel de Arruda Castro/Revista Oeste

David já viu moradores de rua consumirem todo o tipo de droga, manterem relações sexuais e agredirem uns aos outros. Com frequência, ele também acorda de madrugada com o som de gritos — fruto do transe produzido pelos entorpecentes. Os moradores de rua também puxaram fios de energia de um poste próximo.

Recentemente, os moradores do prédio vizinho deram início a um abaixo-assinado para que o parque seja cercado, com a remoção das barracas. Enquanto isto não acontece, David vive em alerta. Algumas semanas atrás, entorpecido, um dos moradores de rua fez um buraco na cerca e foi parar na área comum do prédio. Um vizinho de David foi até o acampamento dos sem-teto para pedir que pelo menos este limite fosse respeitado. "Moro na região de Los Angeles há 35 anos e posso dizer que a situação nunca esteve tão ruim", diz David, que prefere não se identificar, à reportagem de **Oeste**.

Perto dali, ao lado da estrela do ator Patrick Stewart na calçada da fama, um morador de rua aparentemente conserta o próprio sapato. A cola de sapateiro se espalha pelo chão, ao lado de alguns parcos pertences. Quase ao lado, outro sem-teto de rua ouve música em um fone de ouvido enquanto exibe uma placa de papelão pedindo esmolas.

Morador de rua sentado na calçada da fama de Hollywood | Foto: Gabriel de Arruda Castro/Revista Oeste

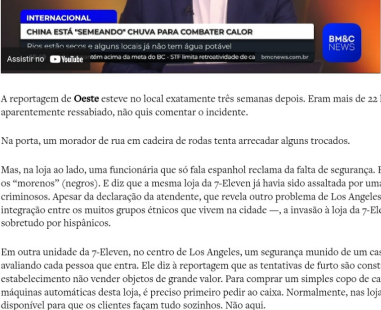
O crime compensa

A onipresença dos moradores de rua é apenas parte dos problemas enfrentados pelos moradores da Califórnia. Mudanças na legislação do Estado nos últimos anos facilitaram a vida de criminosos de todo o tipo. Por exemplo: desde 2014, quem furta até US$ 950 (quase R$ 5 mil) não vai preso — não importa quantas vezes o crime se repita. Além disso, com a pandemia, o governo estadual e os promotores do Estado resolveram esvaziar ainda mais os presídios. O uso de drogas é praticamente liberado.

Os números mostram que essas mudanças não foram benéficas para os californianos. Em 2020, houve um salto de 31% no total de homicídios na Califórnia. Em 2021, as estatísticas foram ainda mais alarmantes. E, proporcionalmente, 2022 está ainda pior que o ano anterior. Hoje, a taxa de homicídios da cidade é o dobro da registrada na cidade de São Paulo.

A alta tolerância com furtos tem consequências previsíveis. Há menos de um mês, dezenas de pessoas invadiram uma loja da 7-Eleven (espécie de loja de conveniência que fica aberta 24 horas por dia). Era pouco mais de meia-noite em Harbor Gateway, um bairro de maioria hispânica.

O bando, que aparentemente havia combinado a invasão pela internet, levou tudo o que podia — cigarros, bebidas e toda a sorte de produtos. Os atendentes, sem ter o que fazer, simplesmente deixaram a loja. As imagens das câmeras de segurança são chocantes mesmo para os padrões da Califórnia, e talvez por isso ganharam a atenção da imprensa internacional.

Multidão se reúne em Los Angeles para assaltar loja de conveniência

A reportagem de **Oeste** esteve no local exatamente três semanas depois. Eram mais de 22 horas. O atendente, aparentemente ressabiado, não quis comentar o incidente.

Na porta, um morador de rua em cadeira de rodas tenta arrecadar alguns trocados.

Mas, na loja ao lado, uma funcionária que só fala espanhol reclama da falta de segurança. Ela culpa sobretudo os "morenos" (negros). E diz que a mesma loja da 7-Eleven já havia sido assaltada por uma dupla de criminosos. Apesar da declaração da atendente, que revela outro problema de Los Angeles — a falta de integração entre os muitos grupos étnicos que vivem na cidade —, a invasão à loja da 7-Eleven foi feita sobretudo por hispânicos.

Em outra unidade da 7-Eleven, no centro de Los Angeles, um segurança munido de um cassetete fica à porta, avaliando cada pessoa que entra. Ele diz à reportagem que as tentativas de furto são constantes, apesar de o estabelecimento não vender objetos de grande valor. Para comprar um simples copo de café em uma das máquinas automáticas desta loja, é preciso primeiro pedir ao caixa. Normalmente, nas lojas da rede, o copo fica disponível para que os clientes façam tudo sozinhos. Não aqui.

Outros tipos de lojas também têm sido alvo de criminosos depois que o furto foi praticamente descriminalizado. Itens de mais valor, como roupas de marca e aparelhos eletrônicos, são levados e depois revendidos para financiar a compra de drogas. "As pessoas vão a um mercado, enchem um carrinho e vão embora caminhando. Elas podem fazer isso 20 vezes e não são condenadas à prisão", explica Michael Parker.

No Jumper @nojumper · Seguir

Customers captured thieves on camera stealing liquor bottles from a Ralph's grocery store during the latest smash-and-grab robbery in Los Angeles!

5:36 PM · 18 de ago de 2022

5,2 mil Responder Compartilhar

Ler 347 respostas

ABC7 News @abc7newsbayarea · Seguir

Cell phone video taken inside a #SanFrancisco Walgreens shows a man packing a garbage bag full of items while multiple people, including security filmed from feet away. Video shows him riding right past them on his bike down the aisle and out the door. abc7ne.ws/3vpSukK

1:15 PM · 15 de jun de 2021

10,1 mil Responder Compartilhar

Ler 2,6 mil respostas

Asian Dawn @AsianDawn4 · Seguir

This happened in San Francisco

12:27 AM · 4 de mar de 2022

20,5 mil Responder Compartilhar

Ler 1,5 mil respostas

Más políticas

O crime e a desordem não são o único problema a afetar os moradores da Califórnia.

Quando a reportagem de **Oeste** esteve no Estado, anúncios nas rádios pediam que os moradores economizassem água para evitar o desabastecimento. Ao mesmo tempo, cartazes no hotel informavam que o fornecimento de energia ficaria instável entre 16 horas e 21 horas por decisão do governo, como forma de reduzir a sobrecarga do sistema. Uma campanha nos meios de comunicação não deixava os californianos esquecerem que a infraestrutura elétrica do Estado opera perto do limite.

Apesar da má qualidade dos serviços, custa caro viver na Califórnia. A taxa estadual sobre as vendas é a maior do país, com 7,25% (contra 4% em Nova Iorque e 9% em Oregon, por exemplo).

O combustível também tem o preço mais alto entre todos os Estados Unidos: o valor chega a ultrapassar os 6 dólares por galão (o equivalente a R$ 8,25 por litro), quase o dobro do registrado no Kansas.

Mas os políticos da Califórnia parecem ter outras prioridades. Na semana passada, o prefeito Eric Garcetti participou de uma cerimônia para proclamar o dia 17 de setembro como o Dia do Round 6, em homenagem ao seriado do Netflix. Era uma tentativa de agradar a grande comunidade coreana da cidade — o seriado foi feito na Coreia do Sul.

Em agosto, a assembleia estadual da Califórnia aprovou uma lei que simplesmente impede a venda de carros a gasolina a partir de 2035. A mesma assembleia aprovou no mês passado a convocação de um plebiscito para que a população decida se hotéis devem ser obrigados a ceder seus quartos vagos a moradores de rua. Não é difícil imaginar algumas das consequências desastrosas da medida sobre o turismo — e, consequentemente, sobre a economia local.

Talvez estes fatores, combinados, ajudem a explicar por que tantos norte-americanos estejam se mudando da Califórnia para Estados como o Texas e a Flórida. A tendência existe há mais de uma década, mas se acelerou com a pandemia. Segundo um estudo do Federal Reserve de Chicago, divulgado em julho, para cada cem pessoas que se mudavam cruzando a divisa da Califórnia, 56 estavam deixando o Estado e aproximadamente 44 estavam chegando. Em 2020 e 2021, a proporção dos que estavam de saída aumentou para quase 60%.

Grandes empresas, como a Tesla, de Elon Musk, têm feito o mesmo. No caso de Musk, o homem mais rico do mundo, o destino foi o Texas. Não há como negar que as políticas adotadas pelo Partido Democrata agravaram, e muito, o problema. Mas isso não explica por que os californianos continuam elegendo o Partido Democrata.

Ideais socialistas

No dia de seu aniversário, Tuck Dowrey tentava fisgar algum peixe no lago do belo Echo Park, um parque na área central de Los Angeles. Até março deste ano, o local estava ocupado por barracas e mais barracas. Agora, a situação está bem diferente. A prefeitura removeu os sem-teto do local; alguns foram encaminhados a abrigos, e o restante optou por permanecer nas ruas.

Para Tuck e sua amiga Kirsten Knisley, nada mudou. Ambos disseram à reportagem de **Oeste** que não se sentem ameaçados com a grande presença dos sem-teto na cidade ."Eles são parte da cultura de Los Angeles e não incomodam, exceto quando algum deles está alterado e a situação se torna um pouco assustadora", afirma Kirsten. Ela, que se diz simpática ao socialismo, também apoia as normas que impedem a prisão de quem é flagrado cometendo "pequenos furtos". "Nós deveríamos oferecer mais apoio a essas pessoas", acredita ela, que culpa o custo de vida elevado da Califórnia pelo grande número de pessoas vivendo nas ruas.

Tuck Dowrey e sua amiga Kirsten Knisley | Foto: Gabriel de Arruda Castro/Revista Oeste

Para Tuck, a solução seria um programa universal de renda mínima que garantisse a cada norte-americano um valor mensal capaz de suprir suas necessidades essenciais. "Muita gente prefere ir para a prisão, porque pelo menos lá existe comida e um teto", teoriza.

Kirsten veio do Michigan há nove anos. Tuck, de Illinois, há seis. Ambos trabalham na indústria do cinema. Eles são um exemplo de um fenômeno que talvez ajude a explicar a hegemonia do Partido Democrata na Califórnia, apesar de todos os problemas enfrentados pelo Estado: a Califórnia costuma atrair as pessoas mais liberais de outros Estados. E, com frequência cada vez maior, os conservadores estão deixando a Califórnia. Isso significa que há poucas perspectivas de uma mudança política no futuro próximo.

Fracasso das políticas de esquerda

A opinião de Tuck e Kirsten difere da de Kevin Dahlgren, que atua há 26 anos no atendimento a moradores de rua na Costa Oeste dos Estados Unidos. Para ele, as forças políticas de esquerda não fazem o diagnóstico correto do problema. "Nós nunca temos dificuldades em encontrar moradia", afirma. "A parte difícil é fazer essas pessoas aceitarem ir para uma moradia." No dia anterior, em São Francisco, ele havia encontrado uma mulher que, mesmo tendo recebido a chave de seu novo apartamento, continuava passando o dia sentada em uma calçada em uma área degradada da cidade. Ela disse que adotou o hábito por causa dos amigos que fez enquanto morava na rua. Kevin está convencido de que a dependência química é a verdadeira razão para o estranho costume.

Hoje, Kevin (que vive no Estado vizinho do Oregon) atua ao lado da assistente social Andrea Suarez em um projeto chamado We Heart Seattle, que tem sua base no Estado vizinho de Washington. O programa, financiado com doações privadas e apoiado pelo trabalho de 500 voluntários, emprega moradores de rua na limpeza de áreas ocupadas por esses moradores. É um benefício duplo. Pelas contas de Andrea, a iniciativa já retirou 150 pessoas das ruas — apesar do boicote de organizações mais à esquerda, que já tentaram impedir fisicamente o trabalho da We Heart Seattle.

A **Oeste**, Andrea afirmou que cerca de um terço dos moradores de rua da região vem de outras partes do país. "Encontro pessoas do Arizona, Utah, Texas dizendo que vieram para cá porque sabem que não serão presos, apesar de terem uma vida de crime", disse.

Eric e Andrea são filiados ao Partido Democrata. Eles se definem como "centristas", e criticam a postura do partido diante da crise na Costa Oeste. Sentem-se abandonados por aqueles que dizem se importar com os mais pobres. "A situação atual é o resultado do fracasso das políticas progressistas", diz ele.

Flagrantes em vídeo

Outro cartão-postal da Califórnia afetado pela crise dos sem-teto é a Praia de Venice. Embora a cidade tenha conseguido remover muitos dos moradores de rua que ocupavam o famoso calçadão em frente ao mar, ainda há dezenas deles vivendo por lá. Basta uma rápida caminhada pela região para atestar isso.

Um grupo de moradores de rua transformou um quiosque público em sua área particular — com direito a varal de roupas. Assim como em Skid Row, no centro de Los Angeles e em Hollywood, a reportagem de **Oeste** presenciou alguns desses moradores de rua falando palavras desconexas e consumindo drogas sem serem incomodados pela polícia.

Moradores de rua dominam os quiosques da Praia de Venice | Foto: Gabriel de Arruda Castro/Revista Oeste

Em Venice, as cenas de agressão e intimidação dos turistas se repetem com frequência. A página do Twitter "Venice Beach Boardwalk" começou a documentar a situação em abril de 2020, e hoje tem mais de 14 mil seguidores.
Os vídeos são assustadores.

Venice Beach Boardwalk @BoardwalkVenice · Seguir

Venice Beach Boardwalk 2021

11:57 AM · 14 de abr de 2021 em Venice Beach

8,1 mil Responder Compartilhar

Ler 2,4 mil respostas

Sentado em uma barraquinha de onde distribui bíblias e panfletos cristãos em um domingo à tarde, em Venice, o pastor Michael Spencer diz a **Oeste** que a situação em Los Angeles se deve, em grande parte, à ilusão de que os moradores de rua chegaram a esse ponto unicamente por falta de dinheiro. "Ninguém passa fome nos Estados Unidos. Aqui, os moradores de rua chegam a jogar comida fora", ele diz.

Pastor Michael Spencer | Foto: Gabriel de Arruda Castro/Revista Oeste

Medindo as palavras, Spencer afirma que até mesmo as igrejas que distribuem alimentos aos moradores de rua podem estar fazendo mais mal do que bem. "As pessoas podem ter boas intenções, mas acabam não colaborando com a solução do problema", diz o pastor, que também critica as leis penais ineficazes da Califórnia. Ele sabe do que está falando: Spencer atua como capelão em um projeto voltado ao auxílio a moradores de rua em Skid Row.

O pastor não tem dúvidas de que as causas da crise são morais e espirituais — justamente os aspectos mais negligenciados pelos programas do governo. Kevin Dahlgren concorda. "Nós estamos convencidos de que todas as pessoas apreciam um senso de propósito e uma vida estruturada", diz. "Quando encontramos um morador de rua que compreende isto, é fácil quebrar o ciclo."

É possível que eles estejam corretos. Se na hedonista Califórnia não faltam alimento, moradia e dinheiro, talvez a raiz do problema não seja material.

Foto: Shutterstock

REVISTA EDIÇÃO 130

AS ILEGALIDADES DA OPERAÇÃO CONTRA OITO EMPRESÁRIOS

Todos os ministros precisam se debruçar e se manifestar a respeito dessas graves violações não só à Constituição e à legislação, mas aos direitos fundamentais

Thaméa Danelon

16 SET 2022 - 11:04

Nosso sistema jurídico é o denominado Sistema Acusatório: um conjunto de normas — leis e Constituição — que disciplinam o funcionamento de uma investigação criminal e de uma ação penal proposta contra um réu. Na República brasileira, os órgãos responsáveis por conduzir a investigação de um crime são apenas dois: a Polícia e o Ministério Público (MP), sendo que seus integrantes ingressaram nessas funções por meio de concursos, sem qualquer nomeação política.

Escrivães, delegados, promotores de Justiça e procuradores da República. Somente estes servidores de Estado têm legitimidade constitucional para apurar os crimes. E o Ministério Público tem o papel exclusivo de ajuizar uma ação penal pública contra alguém.

Durante as investigações, o juiz permanecerá afastado dessas apurações, sendo vedado a ele instaurar investigações de ofício e determinar diligências, pois, como já dito, a realização de apurações para a coleta de provas sobre um crime compete exclusivamente à Polícia e ao MP. Em certas ocasiões, é necessária a realização de uma ação mais invasiva para colher evidências de um crime, quando se busca, por exemplo, uma prova protegida por sigilo ou garantias constitucionais.

A título de ilustração, podem-se mencionar um documento com movimentações financeiras, por exemplo, ou o Imposto de Renda, informações essas que são protegidas pelo sigilo bancário e fiscal. Nesses casos, para que os investigadores possam ter acesso a esses dados, é necessária uma ordem judicial, um mandado. Assim, o delegado ou o membro do MP — e somente eles — poderão requerer ao juiz o levantamento desses sigilos, para que a investigação possa continuar.

A intervenção pontual de um juiz na investigação ocorrerá também quando houver a necessidade de uma busca e apreensão em endereços dos investigados ou para decretar uma prisão. Assim, caberá aos investigadores pedirem os respectivos mandados ao juiz. Depois da coleta de todas as evidências necessárias, como provas documentais, testemunhais, perícias e, se for o caso, essas medidas mais invasivas, a autoridade policial concluirá a investigação e o Ministério Público avaliará se há, de fato, prova da existência de um crime (a denominada "materialidade") e também os indícios de que aquele investigado é potencialmente o responsável por ter praticado o crime. Nesse caso, o promotor ou procurador da República irão processar criminalmente aquele que praticou a infração, o qual, futuramente, se tornará réu. O advogado — ou defensor público — realizará a defesa, e, ao final, o juiz irá julgá-lo.

Monarquia absolutista

É dessa forma que funciona o nosso Sistema Acusatório. Assim como o MP não pode defender nem julgar o criminoso, o juiz é impedido de investigá-lo, acusá-lo ou defendê-lo, e, principalmente, de ser a própria vítima do crime. Em resumo, o Sistema Acusatório é o sistema jurídico em que as funções de acusar, defender e julgar estão repartidas em órgãos distintos.

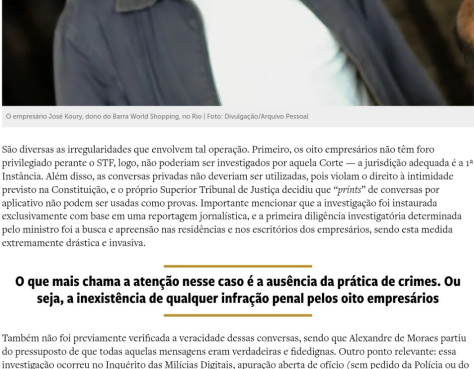
O sistema contrário ao nosso é o Inquisitório, que se caracteriza pela concentração dessas três atividades em uma única pessoa, tal como ocorria nas monarquias absolutistas, em que o rei detinha o poder para investigar, acusar e julgar quem bem entendesse. O mesmo acontecia de forma semelhante na época da Inquisição (na qual o nome Sistema Inquisitório foi inspirado), quando a Igreja aglutinava todas essas funções.

Cena medieval da Inquisição | Ilustração: Shutterstock

Para que o Estado Democrático de Direito tenha plena aplicabilidade, é primordial que o Sistema Acusatório seja respeitado e que a função de cada instituição seja assegurada. Atualmente, contudo, temos testemunhado que o Supremo Tribunal Federal não vem honrando esse sistema, fato constatado nos Inquéritos das "Fake News", dos "Atos Antidemocráticos" e das "Milícias Digitais".

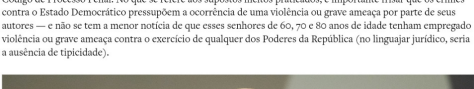
Uma operação que evidencia esses desrespeitos foi a realizada em 23 de agosto deste ano contra oito empresários que supostamente estariam praticando crimes contra o Estado. A análise dessas medidas elucida e exemplifica bem essa problemática: além da não observância do Sistema Acusatório, o ministro Alexandre de Moraes não seguiu o que está no Código de Processo Penal nem na Constituição.

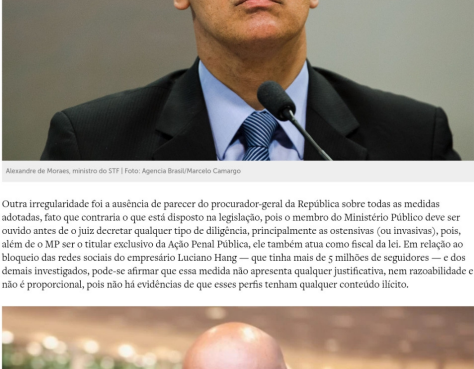
Uma série de ilegalidades

Os empresários que sofreram as buscas e outras constrições jurídicas foram Luciano Hang (Lojas Havan), Afrânio Barreira Filho (Restaurante Coco Bambu), José Isaac Peres (Rede Multiplan), Marco Aurélio Raymundo (Mormaii), Meyer Joseph Nigri (Tecnisa), Ivan Wrober (W3 Engenharia), José Koury (Barra World Shopping) e Luiz André Tissot (Grupo Sierra).

O empresário José Koury, dono do Barra World Shopping, no Rio | Foto: Divulgação/Arquivo Pessoal

São diversas as irregularidades que envolvem tal operação. Primeiro, os oito empresários não têm foro privilegiado perante o STF, logo, não poderiam ser investigados por aquela Corte — a jurisdição adequada é a 1ª Instância. Além disso, as conversas privadas não deveriam ser utilizadas, pois violam o direito à intimidade previsto na Constituição, e o próprio Superior Tribunal de Justiça decidiu que "*prints*" de conversas por aplicativo não podem ser usadas como provas. Importante mencionar que a investigação foi instaurada exclusivamente com base em uma reportagem jornalística, e a primeira diligência investigatória determinada pelo ministro foi a busca e apreensão nas residências e nos escritórios dos empresários, sendo esta medida extremamente drástica e invasiva.

O que mais chama a atenção nesse caso é a ausência da prática de crimes. Ou seja, a inexistência de qualquer infração penal pelos oito empresários

Também não foi previamente verificada a veracidade dessas conversas, sendo que Alexandre de Moraes partiu do pressuposto de que todas aquelas mensagens eram verdadeiras e fidedignas. Outro ponto relevante: essa investigação ocorreu no Inquérito das Milícias Digitais, apuração aberta de ofício (sem pedido da Polícia ou do MP), fato que viola o Sistema Acusatório, pois, como já explicado, um juiz não pode instaurar uma investigação nem determinar diligências sem que haja requerimento da Polícia ou do Ministério Público. Nesse caso, nem a PF e tampouco o MPF requereram as quebras de sigilo bancário e o bloqueio das redes sociais dos empresários. O pedido foi feito por políticos, como o senador Randolfe Rodrigues. Pessoas alheias às investigações, entretanto, não têm qualquer legitimidade para isso.

O senador Randolfe Rodrigues | Foto: José Cruz/Agência Brasil

Outro ponto que deve ser mencionado é o fato de o ministro Alexandre de Moraes ser uma vítima do delito (delito este, na minha análise, inexistente). Logo, ele estaria impedido de atuar no processo, de acordo com o Código de Processo Penal. No que se refere aos supostos ilícitos praticados, é importante frisar que os crimes contra o Estado Democrático pressupõem a ocorrência de uma violência ou grave ameaça por parte de seus autores — e não se tem a menor notícia de que esses senhores de 60, 70 e 80 anos de idade tenham empregado violência ou grave ameaça contra o exercício de qualquer dos Poderes da República (no linguajar jurídico, seria a ausência de tipicidade).

Alexandre de Moraes, ministro do STF | Foto: Agencia Brasil/Marcelo Camargo

Outra irregularidade foi a ausência de parecer do procurador-geral da República sobre todas as medidas adotadas, fato que contraria o que está disposto na legislação, pois o membro do Ministério Público deve ser ouvido antes de o juiz decretar qualquer tipo de diligência, principalmente as ostensivas (ou invasivas), pois, além de o MP ser o titular exclusivo da Ação Penal Pública, ele também atua como fiscal da lei. Em relação ao bloqueio das redes sociais do empresário Luciano Hang — que tinha mais de 5 milhões de seguidores — e dos demais investigados, pode-se afirmar que essa medida não apresenta qualquer justificativa, nem razoabilidade e não é proporcional, pois não há evidências de que esses perfis tenham qualquer conteúdo ilícito.

O empresário Luciano Hang | Foto: Redes sociais

Ainda que se considerasse que as falas privadas fossem criminosas, esses "crimes" teriam ocorrido dentro de um grupo de WhatsApp, e não nas redes sociais dos empresários. Nessa mesma linha de raciocínio, o bloqueio e o levantamento do sigilo das contas bancárias são medidas completamente desproporcionais, pois não se prestam a apurar o "suposto crime cometido pela palavra escrita", vez que a análise dos extratos bancários não será necessária para provar o "eventual ilícito" dos investigados.

Houve ainda a violação ao Princípio da Ampla Defesa, pois não foi entregue aos advogados dos empresários a cópia da decisão que determinou a operação. Ressalte-se que a própria Procuradoria-Geral da República não teve acesso à decisão judicial nem aos autos com a necessária antecedência.

Por fim, o que mais chama a atenção nesse caso é a ausência da prática de crimes. Ou seja, a inexistência de qualquer infração penal pelos oito empresários, pois as mensagens privadas que embasaram essas medidas policiais tão drásticas e invasivas não possuem qualquer conteúdo criminoso. Trata-se apenas de opiniões políticas, tuteladas pela liberdade de expressão e pela livre manifestação de pensamento, direitos esses protegidos pela Constituição.

Não ocorreram as tratativas de qualquer golpe de Estado, nenhum ato preparatório foi realizado e, principalmente, não houve o emprego de violência ou grave ameaça. Algumas das mensagens trocadas: (a) "*Prefiro golpe do que a volta do PT. Um milhão de vezes. E com certeza ninguém vai deixar de fazer negócios com o Brasil. Como fazem com várias ditaduras pelo mundo*"; (b) "*Quero ver se o STE* (sic) *tem coragem de fraudar as eleições após um desfile militar na Av. Atlântica com as tropas aplaudidas pelo público*"; (c) "*O 7 de setembro está sendo programado para unir o povo e o exercito* (sic) *e ao mesmo tempo deixar claro de que lado o exercito* (sic) *está. Estrategia* (sic) *top e o palco será o Rio A cidade ícone brasileira no exterior. Vai deixar muito claro*"; (d) "*Golpe foi soltar o presidiário!!! Golpe é o "supremo" agir fora da constituição! Golpe é a velha mídia só falar merda*".

Diante de todas essas inconstitucionalidades e ilegalidades ocorridas na operação do dia 9 de setembro, a vice-procuradora-geral da República, Lindôra Araújo, ofereceu recurso ao ministro Alexandre de Moraes requerendo a anulação da operação, a revogação de todas as medidas cautelares contra os empresários e, por fim, o trancamento da investigação. Lindôra constatou a ocorrência de "*fishing expedition*", ou seja, a pescaria probatória, em que são realizadas várias diligências invasivas, sem um propósito específico e claro, com intuito de tentar descobrir algo incriminador contra alguém. Este fato tornaria ilícitas todas as supostas provas obtidas com emprego dessa técnica irregular.

Lindôra Araújo, vice-procuradora-geral da República, | Foto: Nelson Jr./SCO/STF

Em sua manifestação técnica e extremamente coerente, a vice-procuradora teceu severas críticas à decisão do ministro relator ao afirmar (1) que a operação acarretou ***"indevida restrição de direitos fundamentais dos investigados"***, além de (2) uma ***"total invasão de privacidade de uma conversa aleatória entre cidadãos",*** caracterizando (3) ***"uma espécie de polícia do pensamento característica de regimes autoritários"***; e que os bloqueios das contas bancárias seriam uma espécie de (4) ***"ilícito confisco estatal"***, pois atingiu todos os recursos financeiros dos empresários, sem que houvesse qualquer comprovação da eventual origem ilícita desses valores. Ao final, é requerida a anulação de todas as diligências praticadas e o trancamento da investigação.

Ao analisar o recurso oferecido por Lindôra, Moraes não acatou e nem sequer analisou os argumentos jurídicos abordados pelo MPF. No seu entendimento, o recurso apresentado estaria fora do prazo legal. Na minha análise, entretanto, não haveria base jurídica para essa decisão. No dia 12 de setembro, Lindôra Araújo apresentou novo recurso ao STF, reforçando o pedido de anulação da decisão que determinou as diligências e as medidas cautelares. Também foi salientado que o recurso anteriormente oferecido — o Agravo Regimental — foi apresentado dentro do prazo, sendo, pois, tempestivo. Assim, foi requerida a reconsideração da decisão em caráter de urgência. Não havendo reconsideração por parte de Alexandre de Moraes, foi pleiteado que o recurso fosse enviado ao plenário do STF.

Diante das manifestações da vice-procuradora, é primordial e urgente que o colegiado do STF analise o recurso do MPF. Todos os ministros precisam se debruçar sobre os pontos trazidos e se manifestar a respeito dessas graves violações. Não só à Constituição e à legislação, mas aos seguintes direitos fundamentais e individuais: a liberdade de expressão, a livre manifestação do pensamento, a inviolabilidade de domicílio, a intimidade, a propriedade privada, a ampla defesa e, por fim, o Sistema Acusatório.

Lula, Alexandre de Moraes e Luís Roberto Barroso | Foto: Montagem Revista Oeste/Agência Brasil/Shutterstock

REVISTA EDIÇÃO 130

O 7 E O 8 DE SETEMBRO DE 2022

Tendo fracassado na tática do medo para esvaziar as ruas, os demofóbicos partiram para as desqualificações de sempre

Flávio Gordon

16 SET 2022 - 11:04

"Não temais ímpias falanges/Que apresentam face hostil/ Vossos peitos, vossos braços/São muralhas do Brasil."
D. Pedro I e Evaristo da Veiga, *Hino da Independência do Brasil*

"A elite política do patrimonialismo é o estamento, estrato social com efetivo comando político, numa ordem de conteúdo aristocrático."
Raymundo Faoro, *Os Donos do Poder*

Dando prosseguimento à série de textos que exploram similaridades entre a Primeira República Francesa — produto sociopolítico da ideologia iluminista — e a assim chamada Nova República brasileira — criatura sociopolítica da *intelligentsia* de esquerda (socialista e social-democrata) culturalmente hegemônica no pós-regime militar —, gostaria de lembrar uma das características mais marcantes do Iluminismo de matriz francesa, raramente mencionada pelos apologistas e pelos saudosistas do movimento. Refiro-me ao elitismo, não raro manifesto numa autêntica *demofobia*, um sentimento de horror pelo povo concreto, em carne e osso.

De fato, pensadores como Voltaire e Diderot jamais o esconderam. Quando o primeiro dizia, por exemplo, que cabia a "todo homem sensato e honrado" nutrir horror pelo catolicismo, não tinha em mente o homem comum do povo, cuja ignorância, aos olhos de Voltaire, o impedia terminantemente de desenvolver tanto a sensatez quanto a honra. Também Diderot deixava claro que a massa de pessoas comuns não faria parte da nova era científica e racional anunciada pelos *philosophes*. "A massa genérica de homens não foi feita para promover, nem sequer compreender, essa marcha progressiva do espírito humano", escreveu em *O Sobrinho de Rameau* (1805). E foi ainda mais explícito no verbete "Multidão" da Enciclopédia: "Desconfie do julgamento da multidão em matéria de raciocínio e filosofia; sua voz é a da malícia, da tolice, da desumanidade, da irracionalidade e do preconceito (...) A multidão é ignorante e confusa (...) Desconfie de sua moral; ela não é capaz de produzir ações fortes e generosas".

Para Diderot, Voltaire e seus confrades das "sociedades de pensamento", a população comum era "imbecil" (*imbécile*) em termos de religião. Enquanto, entre os espíritos superiores, a superstição nacional (i.e., a fé católica) parecia recuar, esse progresso dificilmente chegaria até "o populacho" (*la canaille*). O povo era demasiado "idiota, bestial, miserável e ocupado" para iluminar a si próprio. "A quantidade de *canaille* mantém-se sempre mais ou menos estável."

Obra que retrata um jantar de filósofos, pintada por Jean Huber. Voltaire (com a mão erguida) e Diderot (na cabeceira à direita) | Foto: Reprodução

Segundo essa perspectiva, as luzes da razão estavam restritas a uma pequena elite esclarecida, grupo altamente seleto que, em carta ao amigo Maurice Falconet, Diderot batizou certa vez de "igreja invisível". Concordando com o confrade, Voltaire dizia que *l'Infâme* (ou seja, a Igreja Católica) não fora feita para os "homens respeitáveis", destinando-se, ao contrário, à *la canaille*. "Jamais tivemos a pretensão de levar as luzes a sapateiros e serviçais" — dizia o castelão de Ferney —, "esse é um trabalho para os apóstolos".

Como não lembrar da demofobia iluminista ao deparar com as manifestações da aristocracia neorrepublicana brasileira diante do último 7 de Setembro? É claro que, no caso brasileiro, nem sempre se mantém a sofisticação vocabular do contexto original, porque a nossa demofobia se manifesta frequentemente ao estilo Justo Veríssimo, imortal personagem de Chico Anysio: "Quero que o povo se exploda!". Mas não deixamos de ter também os nossos *covers* de Voltaire, sendo o ministro Luís Roberto Barroso — iluminista confesso e orgulhoso — o mais caricato entre eles. E foi de Barroso, como se sabe, uma das previsões mais sombrias e histriônicas relativas às celebrações do Bicentenário da Independência. No dia 5 de agosto, em palestra proferida no 17º Congresso Internacional de Jornalismo Investigativo, o nosso Voltaire de Vassouras disse que o 7 de Setembro poderia mostrar o tamanho do fascismo no país. Estigmatizando preventivamente milhões de cidadãos brasileiros, e falando por toda a aristocracia neorrepublicana, Barroso tentou semear o medo para esvaziar as ruas. Fracassou.

A celebração da democracia

Para qualquer pessoa moral e intelectualmente honesta, o 7 de Setembro de 2022 foi um dia histórico, uma celebração da democracia. Nessa data, milhões de brasileiros foram pacífica e ordeiramente às ruas manifestar o seu patriotismo. É claro que, em sua maioria, manifestavam também o apoio a Jair Bolsonaro, político que, tanto por méritos próprios quanto por força das circunstâncias, acabou se tornando o representante único da vontade popular de resgatar a bandeira nacional para o centro da política brasileira. Resgatar sim, uma vez que, nas mãos da extrema esquerda nacional representada pelo lulopetismo, ela, a bandeira, vivia sendo queimada ou pisoteada como um pano de chão, desprezada em favor das cores e dos símbolos das facções políticas de matriz socialista. Mas os integrantes da aristocracia neorrepublicana não viram motivos para celebrar. Ao contrário, tendo fracassado na tática do medo para esvaziar as ruas, os demofóbicos partiram para as desqualificações de sempre, segundo o *modus operandi* já adotado no 7 de Setembro do ano passado.

A cantora Bebel Gilberto pisoteia a bandeira do Brasil durante show | Foto: Reprodução

Assim é que os milhões de brasileiros, que não cometeram um ato sequer de violência ou depredação — ao contrário do que invariavelmente ocorre nos protestos da esquerda —, continuaram sendo estigmatizados como golpistas, fascistas e nazistas. Sobre eles, tuitou um radical de esquerda fantasiado de jornalista: "As imagens dessa *gente doentia* nas ruas nesse 7 de Setembro irão perseguir seus filhos e netos como as fotos de apoiadores do nazismo alemão, do fascismo italiano ou dos supremacistas americanos". E o candidato do Foro de São Paulo à Presidência do Brasil — o ex-presidiário Luiz Inácio Lula da Silva — cometeu contra os patriotas a ofensa mais grave que se poderia imaginar, equiparando-os a integrantes da Ku Klux Klan (ou "Cuscuz Crã", na pronúncia peculiar do comandante do Petrolão).

Que as ruas no 7 de Setembro traduzissem toda a diversidade étnica e social brasileira — muito mais, a propósito, do que nos convescotes cada vez mais seletos frequentados pelo falso "pai dos pobres" adorado por banqueiros e empresários bilionários — não importava. Falou mais alto o impulso odioso de difamar e demonizar os milhões de cidadãos honestos que foram às ruas celebrar a independência e, sobretudo, lutar para impedir que sua nação seja integrada e dissolvida numa "Pátria Grande" qualquer, formada por narcoditaduras bolivarianas.

Com raros momentos de exceção, assim tem sido a organização sociopolítica brasileira ao longo da história, sempre de cima para baixo

Desde, ao menos, a Proclamação da República, o Brasil tem se notabilizado pela ausência de participação popular na vida política nacional. Sobre os eventos do 15 de novembro de 1889, Aristides Lobo publicou no *Diário Popular*: "Por ora, a cor do Governo é puramente militar, e deverá ser assim. O fato foi deles, deles só, porque a colaboração do elemento civil foi quase nula". E o jornalista entusiasta da República arrematava sua carta com a célebre observação: "O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava. Muitos acreditaram seriamente estar vendo uma parada". Na mesma época, o médico francês Louis Couty, amigo pessoal de D. Pedro II, resumiu numa sentença lapidar a nossa situação: "O Brasil não tem povo".

Obra que retrata a Proclamação da República no Brasil, pintada por Benedito Calixto, em 1893 | Foto: Reprodução

Com raros momentos de exceção, assim tem sido a organização sociopolítica brasileira ao longo da história, sempre de cima para baixo. E assim também o foi durante toda a Nova República, período em que as forças da esquerda, culturalmente vitoriosas sobre o regime militar que as derrotara política e militarmente (no caso da luta armada), fabricaram um povo fictício — uma abstração talhada à imagem e semelhança da *intelligentsia* progressista nacional — e, portanto, uma democracia de fachada, formalmente consagrada numa constituição eivada de idealismo, mas substancialmente elitista e demofóbica. De fato, da perspectiva histórica cultural, o período é, em larga medida, um produto da *imaginação* dos intelectuais esquerdistas da geração 1960. A Nova República pode ser compreendida como uma "comunidade imaginada" (no sentido de Benedict Anderson), cuja fundação mitopoética foi toda elaborada em oposição ao período anterior, o regime militar, o sombrio "Antigo Regime" identificado como grande obstáculo aos novos tempos que, enfim, chegavam com sua esplendorosa luminosidade.

Intelligentsia esquerdista

O efeito social desse predomínio aristocrático da *intelligentsia* esquerdista foi que, durante muito tempo, os valores tradicionais, os gostos e a sensibilidade do povo brasileiro, majoritariamente conservador, não dispunham de representação mínima nas instâncias formadoras da opinião pública. Bem ao contrário, silenciados e estigmatizados por uma elite cultural, econômica e política ultraprogressista e revolucionária, os integrantes das camadas médias e populares, alheios às radicais utopias da esquerda, passaram a testemunhar, igualmente *bestializados*, a demonização de alguns de seus hábitos mais comezinhos e — supunha-se — até então inocentes.

Tudo se passou como se os bem-pensantes progressistas, de forma mais ou menos consciente, tivessem manifestado o desejo de se vingar não apenas dos militares e da direita civil, mas também de um povo que, mantendo-se alheio e algo indiferente aos eventos dos assim chamados "anos de chumbo", os abandonou no auge de seus sonhos revolucionários. Assim, quando veio a abertura política, aqueles que "lutaram contra a ditadura" (segundo a mitologia heroica e autobeatificante por eles recontada) viram a chance de extravasar uma revolta encruada e tomar o país para si. "Apesar de você, amanhã há de ser outro dia" — eis o verso de Chico Buarque que simboliza bem o grito reprimido, carregado de um ressentimento lírico, de uma gente que, tendo enfim a oportunidade, não cessou desde então de lançá-lo, em forma de cobrança, às gerações seguintes.

Considerando-se todo o contexto, compreende-se pois que, diante do evento inédito de um povo conservador em carne e osso que resolve enfim dar as caras e assumir o protagonismo no debate sobre o destino do país, a aristocracia neorrepublicana o estranhe, e, com um reacionarismo irônico aos olhos da história, projete nele todos os fantasmas tradicionais e atávicos de sua cultura política: "fascismo", "golpismo", "racismo", etc. Provincianamente inseguros diante da descoberta do povo e da materialização da democracia até então restrita ao papel ("Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente"), os integrantes dessa aristocracia — os Inácios, os Pachecos, os Liras, os Fux, os Barrosos, os Moraes *et caterva* — decidiram refugiar-se em seus gabinetes acarpetados para mais um convescote deveras (neo-)republicano, tal como haviam sido o evento de leitura da "carta pela democracia" nas arcadas da USP e a posse do novo presidente do Tribunal Eleitoral. Historicamente hostis ao 7 de Setembro popular, proclamaram a própria independência, bizarramente celebrada no dia seguinte, 8 de setembro, em sessão solene no Congresso Nacional, e a portas bem fechadas. Sendo a política feita de símbolos, nada mais simbólico da demofobia estrutural do estamento burocrático brasileiro do que essa comemoração exclusiva, no dia seguinte, dos ausentes do dia 7. A passagem de um dia ao outro representa toda a distância entre dois Brasis cada vez mais irreconciliáveis: o Brasil do povo e o da casta dirigente, o das ruas e o dos salões, o das feiras e o das redações, o dos patriotas e o dos patrimonialistas.

Maio de 2018, Ibama apreende 7.387 toras extraídas ilegalmente da Terra Indígena Pirititi, em Roraima | Foto: Felipe Werneck/Ibama

REVISTA EDIÇÃO 130

A VERDADE INCENDIADA

Alvo dos militantes e dos jornalistas engajados, o governo Bolsonaro tem indicadores ambientais melhores que os verificados nas gestões de Lula e FHC

Edilson Salgueiro

16 SET 2022 - 11:04

Desde 1º de janeiro de 2019, quando assumiu o cargo mais importante do país, o presidente Jair Bolsonaro (PL) tornou-se alvo dos ideólogos, dos militantes e dos jornalistas engajados. O chefe do Executivo é responsabilizado, entre outras coisas, por supostos retrocessos nas políticas de preservação ambiental. A realidade, contudo, é bem diferente.

Enquanto isso, o ex-presidente Lula é apresentando como um guardião ambiental. "Temos de saber que é plenamente possível não fazer mais desmatamento, não fazer mais queimadas e tentar explorar cientificamente a biodiversidade existente em toda a Amazônia", disse o petista, em 30 de agosto deste ano, durante entrevista à Rádio Mais Brasil FM, de Manaus (AM).

A verdade é que o governo Lula lidera com folga o *ranking* de incêndios na Floresta Amazônica. Entre 2003 e 2010, quando esteve na Presidência da República, o Brasil registrou 2,4 milhões de focos de incêndio. Na média mensal, os números ultrapassam a marca de 25 mil.

Já o governo Bolsonaro, se continuar com a média dos primeiros 44 meses, chegará ao fim do mandato registrando pouco mais de 780 mil focos de incêndio. A média mensal de cerca de 16 mil prova que há menos incêndios na atual administração do que havia na época em que Lula dava as cartas no Planalto. Temer (15,7 mil), FHC (14,6 mil) e Dilma (14,4 mil) completam a lista.

O Brasil respira, a Europa queima

Embora os índices do atual governo sejam melhores, a artilharia dos ideólogos, dos militantes e dos jornalistas engajados continua a todo vapor. Há três anos, o presidente da França, Emmanuel Macron, usou uma foto da década de 1970 para mostrar que a Amazônia estaria padecendo em chamas.

"Nossa casa está queimando — literalmente", escreveu o líder francês, no Twitter. "A Floresta Amazônica, o pulmão que produz 20% do oxigênio de nosso planeta, está em chamas. É uma crise internacional. Membros da Cúpula do G7, vamos discutir essa primeira ordem de emergência em dois dias!"

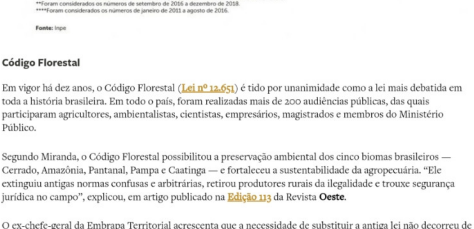
As críticas infundadas também têm origem em organizações não governamentais (ONG). O Greenpeace, por exemplo, qualifica Bolsonaro como "inimigo do meio ambiente". "A lentidão em resolver problemas, das manchas de petróleo nas praias do Nordeste às queimadas na Amazônia, é reflexo do desmonte ambiental promovido pelo governo e mantém o Brasil no centro das atenções de descasos com o meio ambiente", diz o grupo, em seu site.

Mas a realidade se impõe diante das narrativas. A França, por exemplo, que trabalha como um fiscalizador voraz das políticas ambientais de outros países, não cumpriu sua meta de produzir 23% de energia a partir de fontes renováveis até 2020 (ficou em 19%) — no Brasil, 83% da eletricidade produzida vem de fontes renováveis. A matriz energética francesa baseia-se em combustíveis fósseis poluentes e usinas nucleares, cujos reatores produzem 70% da eletricidade consumida. E apenas 30% do território francês é coberto de vegetação.

Na contramão do mundo, o Brasil apresenta uma expressiva diminuição no número de incêndios e queimadas em 2022. De 1º de janeiro a 15 de agosto, o país registrou 49,6 mil queimadas, contra quase 59 mil no mesmo período de 2021. Uma diminuição de 15%, enquanto no restante da América do Sul o aumento foi de 19%. Nos últimos dois anos, o país reduziu em torno 25% da incidência de incêndios e queimadas em seu território.

Segundo Evaristo de Miranda, doutor em ecologia e ex-chefe da Embrapa Territorial, a redução dos incêndios e das queimadas não se deve apenas ao clima. "Na vizinha Argentina, de janeiro a 15 de agosto de 2022, houve um aumento de 40% nas queimadas", afirmou, em artigo publicado na Edição 127 da Revista **Oeste**. "Na Venezuela e na Colômbia, as queimadas cresceram 30%. O Equador registrou o recorde da América do Sul: 153%." Paraguaios e chilenos, por exemplo, acompanharam os brasileiros na diminuição de queimadas (-13%), embora de maneira mais modesta.

Incêndio florestal na Província de Corrientes, na Argentina, em fevereiro de 2022 | Foto: Shutterstock

Do outro lado do Atlântico, a Europa atingiu níveis recordes de queimadas. Desde 1º de janeiro de 2022, foram incendiados aproximadamente 700 mil hectares de florestas. Na França, os incêndios florestais fora de controle neste verão atingiram o pior patamar em 19 anos. De acordo com o Sistema Europeu de Informação sobre Incêndios Florestais (EFFIS), 60 mil hectares de florestas foram calcinados até o mês passado. Isso representa seis vezes a média anual de florestas incendiadas na França entre 2006 e 2021.

Incêndio no cerrado, entre as regiões francesas de Aubais e Gallargues-le-Montueux, em junho de 2022 | Foto: Shutterstock

"O carbono emitido pelos incêndios florestais europeus não será retirado da atmosfera no ano seguinte pelo crescimento sazonal de pastagens e cultivos, como ocorre em grande parte da agropecuária brasileira", explica Miranda. "Aqui, as queimadas ocorrem em pastagens, sobre restos de cultivos e em formas de uso da terra com baixa densidade de vegetação. Os incêndios na Europa ocorrem em florestas de coníferas e de caducifólias, cuja fitomassa pode conter até centenas de toneladas de carbono por hectare."

A preocupação tem um motivo. Segundo relatório do Serviço Europeu Copernicus de Monitoramento da Qualidade do Ar, os incêndios franceses entre junho e 11 de agosto emitiram cerca de 1 milhão de toneladas de carbono — equivalente à emissão anual de 790 mil carros. Na Espanha, os incêndios florestais causaram emissões superiores aos totais de junho a julho de 2003 a 2021. Esses incêndios lançaram monóxido e dióxido de carbono, metano, óxidos de nitrogênio, aerossóis, fuligem e alcatrão — um pacote de veneno para a saúde humana. Diferentemente do Brasil, onde as queimadas ocorrem em áreas rurais de baixa demografia, os europeus enfrentam incêndios em regiões densamente povoadas e próximas de áreas urbanas.

Mas os problemas não param por aí. As emissões de CO_2 ligadas à produção de eletricidade diminuem em todo o planeta, menos na Europa, em virtude do uso crescente do carvão. "Agregado ao enorme aumento no uso do carvão mineral e do gás natural na geração de energia, as emissões de gases de efeito estufa na Europa navegam por mares nunca dantes navegados e atingem o topo de picos nunca escalados", alerta Miranda.

Os campeões do desmatamento

Além de incendiar o Brasil, o presidente Bolsonaro também costuma ser acusado de desmatá-lo como nunca antes na história deste país. Neste caso, os números também falam por si. Nos primeiros 36 meses do atual governo, a média mensal de desmatamento na Amazônia brasileira registrou a marca de 945 quilômetros quadrados. Esse número é inferior ao verificado nas gestões de Luiz Inácio Lula da Silva (média mensal de 1,3 mil) e Fernando Henrique Cardoso (1,6 mil). Dilma Rousseff, que sofreu *impeachment* e não concluiu o segundo mandato, e Michel Temer, sucessor da petista, apresentam resultados melhores: 444 e 610 quilômetros quadrados, respectivamente.

Em números absolutos, FHC é o recordista. Durante os oito anos de governo tucano, entre 1995 e 2002, 153 mil quilômetros quadrados foram desmatados no país. Essa área é equivalente aos territórios de Suíça, Bélgica, Holanda e Moldávia juntos. Na vice-liderança aparece o ex-presidente Lula: 125 mil quilômetros quadrados, de 2003 a 2010. Se tiver a oportunidade de concluir dois mandatos e permanecer com a média anual de hoje, Bolsonaro acabará com a medalha de bronze: 90,7 mil quilômetros quadrados.

DESMATAMENTO DURANTE OS ÚLTIMOS CINCO GOVERNOS

DESMATAMENTO TOTAL | MÉDIA MENSAL

FHC (1995-2002) 96 MESES NO CARGO: 153 mil km² | 1,6 mil km²

Lula (2003-2010) 48 MESES NO CARGO: 125 mil km² | 1,3 mil km²

Bolsonaro (2019-2021)* 44 MESES NO CARGO: 34 mil km² | 945 km²

Temer (2016-2018)** 28 MESES NO CARGO: 17 mil km² | 610 km²

Dilma (2011-2016)*** 68 MESES NO CARGO: 30 mil km² | 444 km²

*Foram considerados os números de 2019 a 2021, porque não há dados consolidados de 2022.
**Foram considerados os números de setembro de 2016 a dezembro de 2018.
****Foram considerados os números de janeiro de 2011 a agosto de 2016.

Fonte: Inpe

Código Florestal

Em vigor há dez anos, o Código Florestal (Lei nº 12.651) é tido por unanimidade como a lei mais debatida em toda a história brasileira. Em todo o país, foram realizadas mais de 200 audiências públicas, das quais participaram agricultores, ambientalistas, cientistas, empresários, magistrados e membros do Ministério Público.

Segundo Miranda, o Código Florestal possibilitou a preservação ambiental dos cinco biomas brasileiros — Cerrado, Amazônia, Pantanal, Pampa e Caatinga — e fortaleceu a sustentabilidade da agropecuária. "Ele extinguiu antigas normas confusas e arbitrárias, retirou produtores rurais da ilegalidade e trouxe segurança jurídica no campo", explicou, em artigo publicado na Edição 113 da Revista **Oeste**.

O ex-chefe-geral da Embrapa Territorial acrescenta que a necessidade de substituir a antiga lei não decorreu de pressões externas, muito menos para anistiar desmatadores. "Ela tornou-se imperiosa, dadas as absurdas e arbitrárias modificações sofridas pela legislação ambiental, desfigurada por decretos, portarias, resoluções, instruções normativas e até por uma medida provisória, que violou a lei sem nunca ter sido votada", afirmou.

Cinquenta tons de verde

As áreas protegidas, preservadas e conservadas do território brasileiro têm dimensões continentais. Seus tons de verde foram mapeados, estimados e quantificados em escala municipal, estadual e nacional. Há aproximadamente 6 milhões de quilômetros quadrados de áreas verdes no país.

A Organização das Nações Unidas (ONU), em seu *Unep Protected Planet Report*, destaca a capacidade brasileira de proteger sua vegetação. "A mais ampla cobertura vegetal alcançada em nível regional está na América Latina e no Caribe", diz o relatório. "Metade de todas as terras protegidas da região está no Brasil, que é a maior rede nacional de áreas protegidas terrestres do mundo."

As 1,6 mil unidades de conservação integral protegem mais de 9% do território nacional, mostra artigo publicado na Edição 83 da Revista **Oeste**. E as 614 terras indígenas ocupam cerca de 14% do Brasil, num total de quase 2 milhões de quilômetros quadrados de áreas verdes — ou 23% do país.

Somam-se a isso as incontáveis terras dedicadas à preservação da vegetação nativa dentro das propriedades rurais privadas. Seu mapeamento ocorre através do Cadastro Ambiental Rural (CAR), instituído pelo Código Florestal como um registro eletrônico obrigatório para todos os imóveis rurais. A finalidade do CAR é documentar todas as informações relativas aos imóveis rurais. A partir desse sistema, os agricultores marcaram o perímetro de seus imóveis em imagens de satélite com 5 metros de detalhe e delimitaram a vegetação nativa, as nascentes, os rios e outras 15 categorias.

Delimitação de imóveis rurais registrados no CAR, em escala municipal | Foto: Imagem Satélite/Embrapa Territorial

Em virtude da informatização no campo, os dados geocodificados válidos de 6 milhões de imóveis rurais, espalhados por 4,6 milhões de quilômetros quadrados, estão registrados no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

Ao computar esses números, a Embrapa Territorial concluiu que há 2,8 milhões de quilômetros quadrados de áreas dedicadas à preservação na zona rural. Os imóveis registrados no CAR somam 2,3 milhões de quilômetros quadrados de vegetação nativa. Estimam-se ainda outros 554 mil quilômetros quadrados em 1,8 milhão de propriedades sem registro no CAR.

Esse total representa 33% do território nacional, o que transforma os produtores rurais nos grandes responsáveis pela preservação do meio ambiente no Brasil. Em média, apenas 50% da área dos imóveis rurais pode ser utilizada para agricultura e pecuária — a porcentagem varia de Estado para Estado. Na prática, a outra metade é reservada às áreas verdes. Não existe política ambiental equivalente em nenhum país do mundo.

ÁREAS DEDICADAS A PROTEÇÃO E PRESERVAÇÃO DA VEGETAÇÃO NATIVA NO BRASIL

ÁREAS PROTEGIDAS (TERRAS PÚBLICAS)

ÁREAS PRESERVADAS (TERRAS PRIVADAS)

Fonte: Embrapa Territorial, 2021

"As áreas protegidas em terras públicas e as preservadas pelo mundo rural em terras privadas totalizam quase 5 milhões de quilômetros quadrados, ou mais de 56% do Brasil", explica Miranda. "Ainda restam muitos locais com vegetação nativa não contidos nas terras protegidas e/ou preservadas." Pará e Amazonas, por exemplo, têm enormes vazios de vegetação nativa não mapeada, associados a terras devolutas e a áreas militares.

ÁREAS DEDICADAS A PROTEÇÃO, PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DA VEGETAÇÃO NATIVA NO BRASIL

Fonte: Embrapa Territorial, 2021

Quando as áreas protegidas e preservadas se agregam às de vegetação nativa em terras devolutas, áreas militares e imóveis rurais não cadastrados ou disponíveis no CAR (10%), chega-se a um total de 5,6 milhões de quilômetros quadrados — ou 66% do território nacional. Para ter uma ideia, a área dedicada à vegetação nativa no Brasil equivale à superfície de 48 países da Europa.

Área dedicada à vegetação nativa no Brasil equivale à superfície de 48 países e territórios da Europa | Foto: Reprodução

O descontrole ambiental definitivamente não vigora no Brasil. Como afirmou o embaixador da União Europeia no país, Ignacio Ybáñez, "a legislação brasileira nessa área é exemplar".

Usina de carvão | Foto: Shutterstock

REVISTA EDIÇÃO 130

AS FANTASIAS ECOLÓGICAS DAS ELITES ESTÃO DESMORONANDO

A atual corrida desesperada por combustíveis fósseis faz a COP26 parecer algo de outro mundo

Fraser Myers, da Spiked

16 SET 2022 - 11:04

Enquanto a mãe de todas as crises energéticas começa a se fazer sentir, trazendo o medo do racionamento, da escassez de combustíveis e dos blecautes, talvez estejamos começando a vislumbrar um lampejo de conscientização, de reconhecimento da realidade, vindo da classe política verde do Reino Unido.

Afinal, pelo menos durante a década passada, nossa política energética foi movida por uma questão míope e singular: reduzir as emissões de carbono para mitigar a mudança climática. Como resultado, sucessivos governos não conseguiram garantir suprimentos baratos e abundantes de energia. Políticos chegaram a se vangloriar dos planos de tornar o fornecimento mais precário. Combustíveis confiáveis, apesar de fósseis e emissores de CO_2, foram eliminados. As energias eólica e solar, apesar de não confiáveis, mas "carbono zero", os substituíram. Até mesmo a energia nuclear, que produz energia carbono zero, foi negligenciada e desprezada pelas nossas elites ecológicas.

Agora, uma meia-volta parcial está ocorrendo. Enquanto o Reino Unido se esforça para reunir suprimentos de gás suficientes para o inverno que se aproxima, e o preço da energia chega a valores impossíveis, de repente a segurança energética está no topo da lista de prioridades.

Boris Johnson usou seu discurso final como primeiro-ministro britânico para afirmar a importância prioritária da segurança energética. Ele afirmou que a nação vai precisar que, no futuro, a energia seja "barata, limpa, confiável e abundante". E denunciou a "miopia" e a "precariedade" que levaram o Reino Unido a não finalizar nenhum reator nuclear em 27 anos. A promessa de despedida de Johnson é construir oito reatores nucleares novos, no ritmo de um por ano.

Claro, Johnson não cita a obsessão pelo clima como a principal culpada, nem pede que as metas de energia renovável ou Net Zero ("emissões zero") sejam repensadas. Mas é uma mudança considerável na ênfase de um premiê que, nove meses atrás, na COP26 (uma iniciativa climática da ONU), em Glasgow, parecia ter incorporado Greta Thunberg, denunciando os males da Revolução Industrial, enquanto tentava forçar outros líderes do mundo a desmantelarem suas fontes de energia.

A volta do carvão

Nos bastidores, as reviravoltas são ainda mais vertiginosas. Estamos assistindo a uma onda de novas licenças de perfuração para petróleo e gás no Mar do Norte. Ministros estão pedindo que empresas da área invistam em novas formas de infraestrutura, recuando em anos de política governamental e nas chamadas iniciativas ESG (*Environmental, Social and Governance*, ou ambiental, social e de governança) do mundo corporativo, que foram criadas explicitamente para controlar esses investimentos.

Enquanto isso, instalações de armazenamento de gás estão sendo reativadas — como Rough, em Yorkshire, costa leste inglesa, que já foi a maior instalação de armazenamento de gás do Reino Unido, fechada em 2017. E o *fracking* (o processo de injetar líquido em alta pressão em rochas para extrair gás), que por anos foi prejudicado por regulamentações excessivas e suspenso por completo em 2019, deve receber o sinal verde em breve.

Usina de carvão e turbinas eólicas em Eemshaven, no norte da Holanda | Foto: Sander Van Der Werf/Shutterstock

Até mesmo o carvão — o mais demonizado dos combustíveis fósseis — está de volta. Pelo menos três usinas de carvão que deveriam ter sido fechadas ganharam tempo extra. Tudo isso apesar do fato de o Reino Unido estar oficialmente comprometido com o fim do uso de energia de carvão até 2024.

Aliás, eliminar o carvão foi o objetivo central da COP26. Durante os preparativos para o evento em Glasgow, Alok Sharma, presidente da COP, posou para fotos diante do processo de demolição da usina de carvão Ferrybridge. Ao fim do encontro, quando a Índia e a China acabaram com o acordo que eliminaria o carvão como fonte de energia no mundo, Sharma foi às lágrimas.

Choque de realidade

Olhando em retrospecto, em meio a uma crise energética cada dia maior, a COP26 quase parece algo de outro mundo. Líderes mundiais, a realeza, arcebispos, dignitários da ONU e ONGs se reuniram em Glasgow com o objetivo principal de banir exatamente as fontes de energia que os britânicos estão desesperados para obter.

Anos de complacência com as elites e o pensamento verde criaram uma bagunça que não vai ser arrumada da noite para o dia

Claro, ainda existem muitas pessoas entre as elites que estão apegadas aos seus sonhos ecológicos, mesmo diante de um choque tão doloroso de realidade.

Veja Ed Miliband, ministro de Energia e Mudança Climática e arquiteto da Lei de Mudança Climática do Partido Trabalhista britânico. Miliband coloca a culpa da crise energética na suposta *falta* de ação climática. Ele afirma que as conta de luz estão altas porque não temos vento nem luz do sol suficientes na costa.

E então temos Ed Davey, líder dos Liberais Democratas, que declara seu "orgulho" de ter sido a "pessoa a basicamente parar a indústria do fraturamento hidráulico no país", apesar da crise energética. Ele planeja concorrer em eleições parlamentares em uma plataforma *antifracking*.

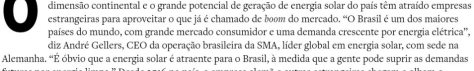
Tamanho o comprometimento cego e obstinado com o pensamento ecológico que, mesmo na pior crise energética do século, ainda existem demandas para tornar o fornecimento de energia ainda mais escasso, ainda menos seguro e ainda mais precário do que já é. Mas pelo mundo um pouco de luz está passando pelas rachaduras.

Claro, a reviravolta energética chegou tarde demais. Simplesmente não há tempo suficiente antes da chegada do inverno britânico para projetos suficientes salvarem o país de uma crise severa e dolorosa. Anos de complacência com as elites e o pensamento verde criaram uma bagunça que não vai ser arrumada da noite para o dia. Mesmo assim, pelo menos algumas pessoas estão começando a se dar conta de que não é possível administrar um país industrializado e avançado sem um fornecimento seguro de energia.

Placas solares no telhado de um edifício residencial em dia ensolarado | Foto: Shutterstock

REVISTA EDIÇÃO 130

A ENERGIA SOLAR AQUECE O BRASIL

E o país da cerveja se rende ao vinho

Bruno Meyer

16 SET 2022 - 11:04

O setor de energia solar tem crescido anualmente de 80% a 100% nos últimos sete anos no Brasil. A dimensão continental e o grande potencial de geração de energia solar do país têm atraído empresas estrangeiras para aproveitar o que já é chamado de *boom* do mercado. "O Brasil é um dos maiores países do mundo, com grande mercado consumidor e uma demanda crescente por energia elétrica", diz André Gellers, CEO da operação brasileira da SMA, líder global em energia solar, com sede na Alemanha. "É óbvio que a energia solar é atraente para o Brasil, à medida que a gente pode suprir as demandas futuras por energia limpa." Desde 2016 no país, a empresa alemã e outras estrangeiras chegam e olham o avanço do setor por aqui: em julho, a energia solar fotovoltaica se tornou a terceira maior fonte na matriz elétrica nacional, com 8,1% de participação, atrás das hidrelétricas e da energia eólica, segundo a Absolar (Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica).

André Gellers, da SMA: "Estamos contratando" | Foto: Divulgação

A energia atrai dinheiro...

O setor atraiu R$ 35 bilhões em investimentos no primeiro semestre, depois de um 2021 considerado glorioso para o mercado, quando foram investidos R$ 93 bilhões em solos brasileiros. Com isso, o país se tornou a quinta economia que mais atraiu investimentos na área no mundo. Com mais aportes, surgiu uma infinidade de novas posições de trabalhos.

...e gera contratações

Atualmente, existem 540 mil empregos qualificados no país ligados ao setor de energia solar: de engenheiros e eletrotécnicos responsáveis por projetos e instalações passando pela turma da pesquisa e desenvolvimento até o time de logística, marketing, seguros e recursos financeiros. E a demanda atual pede mais gente. "Buscamos desde a formação em ciências humanas e exatas, como também o pessoal de nível técnico", diz Gellers. "Queremos profissionais talentosos e principalmente com capacidade de crescer. Estamos contratando."

Placas solares: R$ 35 bilhões em investimentos no Brasil só nos seis primeiros meses de 2022 | Foto: Divulgação

O sol do agro

O agronegócio brasileiro é um dos mais beneficiados e com maior potencial de vantagens com o crescimento da energia solar. Projetos ligados à irrigação de colheitas ou a secadores de grãos são algumas das formas pelas quais o agro pode mudar com a nova matriz energética. "No campo, muito do seu *business* depende de geradores a diesel. Estamos trabalhando para substituí-los. O principal é garantir a disponibilidade de energia sem produzir carbono", diz Gellers. Atualmente, 8% das usinas rurais usam energia solar.

Placas solares: atualmente, 540 mil empregos qualificados existem no país ligados ao setor | Foto: Divulgação

O melhor dia é hoje

Quem trabalha na área tem uma máxima: "O melhor dia para colocar energia solar é hoje e o segundo melhor é amanhã. A cada dia que o sol brilha, você pode converter energia e economizar". O preço mínimo de entrada nesse mercado não é trivial: está em cerca de R$ 20 mil. Mas o mercado garante que o retorno sobre o investimento é mais rápido do que se espera, numa média de três a seis anos. "O consumidor pode economizar 100% da energia usada e vai ter de pagar apenas a tarifa de conexão com a sua concessionária de distribuição de energia", diz Gellers.

Energia solar: setor tem crescido de 80% a 100% anualmente | Foto: Divulgação

Sem encargos

Falando nisso... Faltam quatro meses para o fim do prazo de isenção na taxa de distribuição de energia solar, o que faz com que exista uma corrida pela instalação dos projetos, de acordo com quem trabalha na área. O Marco Legal da Geração Distribuída, sancionado neste ano, estabelece regras para a produção da própria energia, como no caso da solar fotovoltaica. De acordo com o texto, quem fizer a instalação de energia solar até 6 de janeiro de 2023 será isento de encargos pelos próximos 23 anos.

* * *

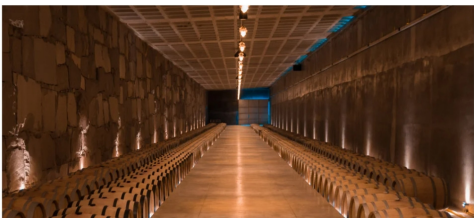
Termômetro digital de rua exibindo temperatura de -4 graus Celsius durante o inverno em São Joaquim, Santa Catarina | Foto: Shutterstock

Nação de vinhos

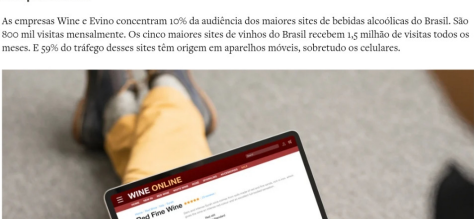
No universo digital, o vinho gera interesse de 51 milhões de brasileiros, sendo que o público feminino representa 63% desse universo. A atração pelo vinho na internet é tão grande que quase bate quem busca o tema "cerveja" — num país que é famoso por adorar a cervejinha. No Google, os brasileiros fazem 7,5 milhões de buscas sobre vinhos todos os meses, contra 7,7 milhões sobre a cerveja. Os dados são da consultoria Bites, especializada em análise de dados, que fez um mergulho sobre o universo digital de vinhos no país.

Os brasileiros fazem 7,5 milhões de buscas sobre vinhos todos os meses no Google | Foto: Shutterstock

O frio e o vinho

Num país com disparidade de temperaturas, o estudo da Bites mostrou o impacto do interesse pela bebida de acordo com a região e a estação. No inverno, sem surpresas, a procura por vinhos cresce. Os meses de junho e julho atingem o pico de buscas no Google, vindo da região Sul — e Estados do Sudeste, em menor quantidade. No Rio Grande do Sul, as cidades de Gramado e Bento Gonçalves são os pontos em que se originam as maiores buscas. A capital, Porto Alegre, fica apenas em sétimo lugar. Santa Catarina, Urubici, Urussanga e São Joaquim — conhecidas pelas baixíssimas temperaturas em certos meses — se destacam no *ranking* de maior volume de buscas por vinho.

Vinho digital: 51 milhões de brasileiros têm interesse no tema no ambiente digital | Foto: Shutterstock

O clique da bebida

As empresas Wine e Evino concentram 10% da audiência dos maiores sites de bebidas alcoólicas do Brasil. São 800 mil visitas mensalmente. Os cinco maiores sites de vinhos do Brasil recebem 1,5 milhão de visitas todos os meses. E 59% do tráfego desses sites têm origem em aparelhos móveis, sobretudo os celulares.

São 1,5 milhão de visitas todos os meses nos cinco maiores sites de vinho do país | Foto: Shutterstock

50 milhões de bebedores

O mercado consumidor de vinho no Brasil praticamente dobrou de tamanho entre 2010 a 2021, segundo a consultoria Wine Intelligence, alcançando 36% dos adultos, perfil semelhante ao dos Estados Unidos. Foram mais de 50 milhões de brasileiros consumindo vinho em 2021, contra 39 milhões em 2020.

Foto: Montagem Revista Oeste/Divulgação

REVISTA EDIÇÃO 130

CINE APOCALIPSE

Filmes de catástrofe e a "ciência" estão cada vez mais parecidos

Dagomir Marquezi

16 SET 2022 - 11:04

O mundo já foi destruído muitas e muitas vezes nas telas. Agora está sendo devastado também em congressos científicos em que especialistas anunciam o fim do mundo daqui dez minutos. E, além da catástrofe, virá a culpa. Por que não tomamos providências para salvar o planeta enquanto havia tempo?

Boa parte dos cineastas e dos cientistas está falando a mesma língua. O que torna cada vez mais difícil distinguir os fatos da ficção. Cientistas nos mantêm em estado de permanente pânico. Cineastas se inspiram nessas previsões "científicas" para criar filmes em que milhões são mortos em frente aos nossos olhos enquanto tomamos uma cervejinha e comemos um salgadinho.

Filmes de catástrofe seguem geralmente uma receita que todo mundo conhece de cor:

1. Um cientista descobre que um desastre natural nos ameaça a todos, mas ninguém acredita nele. É demitido do emprego e ridicularizado. Depois de algumas catástrofes, ele é chamado para salvar o planeta;
2. Uma pessoa comum procura salvar sua família, e nós somos manipulados a torcer por esse pequeno grupo enquanto milhares morrem ao redor;
3. Empresários planejam formas de lucrar com os eventos, indiferentes ao sofrimento dos mais pobres;
4. Um excêntrico avisa que o mundo pode acabar através de um blog ou podcast. O maluco geralmente morre, feliz em saber que todo mundo agora sabe que ele tinha razão;
5. No fim, os cientistas, os militares e os capitalistas negacionistas morrem (afogados, esmagados, soterrados). Os que acreditaram que a catástrofe iria acontecer sobrevivem entre as ruínas com a tarefa de construir um mundo mais justo e menos egoísta.

A lista abaixo cita filmes de catástrofe de alcance global. Você conhece a cena: num certo inevitável momento vemos a tela de uma TV em que bravos repórteres documentam a destruição de Londres, Paris, Sydney e Cingapura. Alguns deles morrem durante a reportagem. O mundo como o conhecemos está no fim. Não há como escapar. Passa a pipoca.

Godzilla (1954)

Direção: Ishirô Honda

Roteiro: Takeo Murata, Ishirô Honda, Shigeru Kayama

Elenco: Akira Takarada, Momoko Kôchi, Akihiko Hirata

O primeiro de uma longa série. Este monstrão original atacava apenas Tóquio, destruída tantas vezes em outros filmes japoneses. Mas as megaproduções posteriores tornaram a ameaça global. Godzilla é um lagartão de 120 metros de altura que surgiu por causa de mutações causadas pelos testes nucleares norte-americanos. Os japoneses tinham uma certa razão de não simpatizar muito com o assunto depois dos bombardeios de Hiroshima e Nagasaki, que encerraram a Segunda Guerra. Mesmo assim, construíram 55 reatores nucleares desde 1966 e têm planos de aumentar em 20% o uso de usinas atômicas até 2030. Em 2011, tiveram outra experiência infeliz, com o grande terremoto/tsunami que abalou a usina de Fukushima. Mas nenhum lagarto gigante surgiu do fundo do mar nessa ocasião.

GODZILLA (ゴジラ) - Official Japanese Trailer [HQ]

Assistir no YouTube

Armageddon (1998)

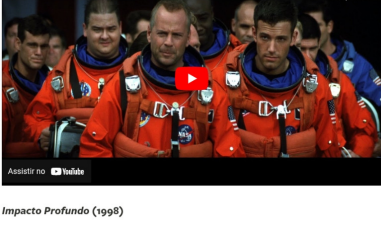
Direção: Michael Bay

Roteiro: Jonathan Hensleigh, J.J. Abrams, Tony Gilroy

Elenco: Bruce Willis, Billy Bob Thornton, Ben Affleck

Um asteroide do tamanho do Estado do Texas se aproxima da Terra. Catorze heróis partem para destruir a ameaça antes que ele chegue perto de nós. Em 1998, cineastas podiam reunir 14 machos (13 deles brancos) para resolver qualquer situação sem grandes patrulhamentos. O que pode dar errado com uma equipe chefiada por Bruce Willis ao som do Aerosmith? Atos individuais de heroísmo bastam para resolver as coisas. A aproximação do asteroide é dada como um fato natural, e ninguém carrega a culpa por isso.

Armageddon - Official® Trailer [HD]

Assistir no YouTube

Impacto Profundo (1998)

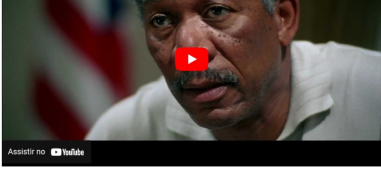
Direção: Mimi Leder

Roteiro: Bruce Joel Rubin, Michael Tolkin

Elenco: Robert Duvall, Téa Leoni, Elijah Wood

Uma espécie de *Armageddon* levado mais a sério. A ameaça é bem menor — um cometa de 11 quilômetros de extensão. Uma missão russo-norte-americana vai tentar destruir o cometa, como no filme rival, mas (desculpe o *spoiler*) não consegue. Aí entra um dos aspectos mais interessantes do filme e sua concepção de fim de mundo: a humanidade precisa sobreviver de alguma forma. Os EUA sorteiam 800 mil cidadãos que vão se reunir com outros 200 mil "cientistas, professores, soldados e artistas" para reconstruir a civilização numa fortaleza subterrânea. A questão dos "escolhidos" é um dos temas mais presentes na atual onda de catastrofismo ambiental. (Um toque pessoal: eu estava no meio da multidão de figurantes que comemora uma declaração do presidente Morgan Freeman no telão da Times Square. Está no minuto 01:32 do *trailer*.)

Deep Impact Official Trailer 1 [HD] 1998

Assistir no YouTube

O Dia Depois de Amanhã (2004)

Direção: Roland Emmerich

Roteiro: Roland Emmerich, Jeffrey Nachmanoff

Elenco: Dennis Quaid, Jake Gyllenhaal, Emmy Rossum

O paleoclimatologista Jack Hall (Dennis Quaid) observa um grande pedaço de gelo desabando na costa da Antártida. Ele vai até a Assembleia Geral da ONU e declara que o mundo vai enfrentar uma nova era do gelo se "não parar de poluir a atmosfera". A água doce que se desprendeu fez a temperatura desabar 13 graus nos oceanos. Seguem-se tornados (que destroem Los Angeles) e nevascas em cidades tropicais. Nova Iorque vira um *freezer*. A Estátua da Liberdade é coberta pela neve. Emmerich faz sua piadinha "anti-imperialista" ao mostrar que os norte-americanos invertem a mão da migração e se tornam refugiados no México, onde o clima é um pouco mais ameno. Fenômenos que deveriam demorar décadas acontecem em dias.

O Dia Depois de Amanhã Trailer

UM FILME DE ROLAND EMMERICH

O DIA DEPOIS DE AMANHÃ

Assistir no YouTube

2012 (2009)

Direção: Roland Emmerich

Roteiro: Roland Emmerich, Harald Kloser

Elenco: John Cusack, Amanda Peet, Chiwetel Ejiofor

Existem os filmes de desastre. E existem os filmes desastrosos. *2012* teve US$ 200 milhões de orçamento, efeitos especiais a dar com o pau (muito bons, por sinal) e uma multidão de atores e técnicos. Roland Emmerich já tinha destruído o planeta Terra três vezes antes: em *O Dia Depois de Amanhã*, *Independence Day* e *Godzilla*. Este filme trata de um suposto calendário maia que teria previsto um alinhamento planetário para o dia 21 de dezembro de 2012. Ninguém dá importância. Segue-se uma salada mista de terremotos, tsunamis e erupções vulcânicas. Prédios caem uns sobre os outros, veículos voam sobre abismos e o Cristo Redentor desaba sobre os turistas. No fim (como em *Impacto Profundo*), se repete o sorteio dos "escolhidos", que habitarão grandes arcas marinhas, ao estilo de Noé. Mas você provavelmente já terá mudado de filme, enjoado com o tom quase pornográfico do genocídio gratuito que acontece na tela.

2012 - Trailer HD Legendado

Assistir no YouTube

Tempestade: Planeta em Fúria (2017)

Direção: Dean Devlin

Roteiro: Dean Devlin, Paul Guyot>

Elenco: Gerard Butler, Jim Sturgess, Abbie Cornish

O ano é 2019 e "o aquecimento global" está fora de controle, provocando tempestades destrutivas ao redor do mundo. O cientista Jake Lawson (Gerald Butler) coordena a construção de uma rede de satélites (o "Dutch Boy"), que monitora e controla do espaço as avassaladoras tempestades. É pouca desgraça? Um vilão injeta então um vírus no sistema de satélites, que passam a multiplicar o caos meteorológico. O Rio de Janeiro mais uma vez é atingido, dessa vez na Praia de Copacabana. Raios cruzam os céus, aviões caem nas cidades, ventanias fazem um ônibus voar, mais tsunamis, tornados simultâneos, incêndios, quedas de granizo do tamanho de um rochedo…

Tempestade: Planeta em Fúria - Trailer Oficial (leg) [HD]

Assistir no YouTube

Não Olhe para Cima (2021)

Direção: Adam McKay

Roteiro: Adam McKay

Elenco: Leonardo DiCaprio, Jennifer Lawrence, Meryl Streep

O criador, Adam McKay, deve ter pensado: "Vou denunciar a indiferença do mundo com as mudanças climáticas disfarçadas como um cometa". É uma comédia sobre o "negacionismo", com o ator militante Leonardo DiCaprio num dos papéis principais. Meryl Streep é uma presidente completamente perua e irresponsável, uma versão feminina de como esquerdistas enxergam Donald Trump. Os republicanos no poder são idiotas que querem faturar "trilhões" com os minerais do interior do cometa. E (mais um *spoiler*) ainda conseguem se safar da catástrofe, mudando-se para outro planeta, indiferentes com o destino do restante da humanidade. O filme se tornou instantaneamente o queridinho da esquerda caviar nos EUA e foi indicado para quatro Oscars e outras 84 premiações. Alguns bons atores disfarçam o panfletarismo rasteiro desta produção.

Não Olhe para Cima | Trailer oficial | Netflix

NETFLIX

TRAILER OFICIAL

Assistir no YouTube

O secretário de Alfabetização do Ministério da Educação, Carlos Nadalim | Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

REVISTA EDIÇÃO 130

‘OS PAIS SÃO OS PRIMEIROS PROFESSORES DE SEUS FILHOS’

Carlos Nadalim, secretário de Alfabetização, destaca a necessidade de crianças aprenderem a ler até os 6 anos de idade e diz que a família é fundamental na educação dos jovens

Paula Leal

16 SET 2022 - 11:04

Assim que Ricardo Vélez Rodríguez, o primeiro ministro da Educação do governo Bolsonaro, assumiu o cargo, em 2019, uma de suas medidas foi criar uma Secretaria de Alfabetização. A decisão é justificada diante de um grande desafio para o Brasil, que é vencer o analfabetismo entre adultos. Segundo dados do IBGE, 11,8 milhões de brasileiros com 15 anos ou mais são analfabetos.

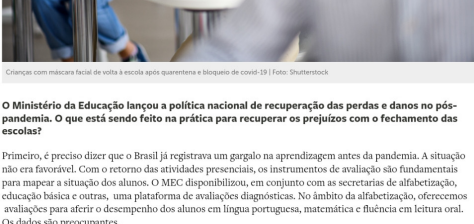
Para ocupar a nova secretaria, Rodríguez indicou Carlos Nadalim. Natural de Londrina (PR), Nadalim é formado em Direito pela Universidade Estadual de Londrina, com especialização em filosofia e mestrado em educação pela mesma instituição. Apesar da formação jurídica, a paixão do secretário é mesmo o ensino de crianças. Em mais de uma hora de conversa, ele discorreu sobre a importância de priorizar a alfabetização até os 6 anos de idade e como as famílias podem contribuir para facilitar o processo de aprendizagem e estimular o hábito de leitura. “Há evidências científicas que demonstram que crianças que ouvem histórias na primeira infância aprendem a ler com mais facilidade e cultivam os hábitos de leitura ao longo da trajetória escolar”, afirma.

Em 2018, recebeu o Prêmio Darcy Ribeiro de Educação, concedido anualmente a três personalidades ou entidades que apresentaram trabalhos na promoção da educação no Brasil. Na época, Nadalim era coordenador pedagógico de uma escola em Londrina, e se destacou por oferecer um programa de educação infantil com metodologia inovadora. Ele também é coautor do curso on-line *Ensine seus Filhos a Ler — Pré-Alfabetização*, composto de seis módulos, com duração de 12 semanas.

A pasta da Educação já contabilizou quatro diferentes ministros — Ricardo Vélez Rodríguez, Abraham Weintraub, Milton Ribeiro e o atual, Victor Godoy — desde o início deste governo. Nadalim, que ocupa um cargo de confiança, sobreviveu a todos. Em Brasília desde o fim de 2018, ele diz que está plenamente adaptado e que adora morar na cidade. De passagem por São Paulo para realizar uma bateria de exames médicos, o secretário concedeu entrevista pessoalmente e falou sobre a criação da Política Nacional de Alfabetização e os programas oferecidos pela secretaria, em conjunto com o Ministério da Educação (MEC). Ainda, mencionou ações inéditas implementadas em sua gestão para melhorar a qualidade da educação no país.

A seguir, os principais trechos da entrevista.

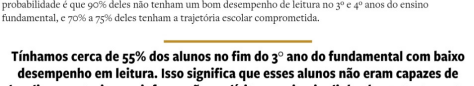
Como o fechamento das escolas durante a pandemia impactou no aprendizado das crianças em fase de alfabetização?

Sabemos que a atuação em sala de aula é insubstituível, sobretudo para as crianças pequenas. O uso de máscaras, por exemplo, dificultou o processo de alfabetização. As crianças que estão no período de aprendizagem da fala precisam fazer uma leitura orofacial — ou seja, ouvir e ver os movimentos dos lábios e do rosto, para acionar as representações que estão envolvidas na comunicação da linguagem oral. No ciclo de alfabetização, a criança precisa, de forma consciente, acionar os órgãos do aparelho fonador — a posição da língua, dos dentes, dos lábios, para a pronúncia de certos sons da fala.

Crianças com máscara facial de volta à escola após quarentena e bloqueio de covid-19 | Foto: Shutterstock

O Ministério da Educação lançou a política nacional de recuperação das perdas e danos no pós-pandemia. O que está sendo feito na prática para recuperar os prejuízos com o fechamento das escolas?

Primeiro, é preciso dizer que o Brasil já registrava um gargalo na aprendizagem antes da pandemia. A situação não era favorável. Com o retorno das atividades presenciais, os instrumentos de avaliação são fundamentais para mapear a situação dos alunos. O MEC disponibilizou, em conjunto com as secretarias de alfabetização, educação básica e outras, uma plataforma de avaliações diagnósticas. No âmbito da alfabetização, oferecemos avaliações para aferir o desempenho dos alunos em língua portuguesa, matemática e fluência em leitura oral. Os dados são preocupantes.

Em abril de 2019, foi instituída a Política Nacional de Alfabetização (PNA), por meio de um decreto, conduzida pelo Ministério da Educação (MEC) e pela Secretaria de Alfabetização (Sealf). O que motivou a criação da PNA?

Em 2019, já tínhamos um mapa da situação da alfabetização no Brasil, nas duas últimas edições da antiga Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA). Os dados de desempenho dos alunos em leitura, escrita e matemática eram preocupantes. Tínhamos cerca de 55% dos alunos no fim do 3° ano do ensino fundamental com baixo desempenho em leitura. Traduzindo em miúdos: significa que esses alunos, entre 7 e 8 anos, não eram capazes de localizar e extrair uma informação explícita na primeira linha de um texto curto. No Pisa [*Programa Internacional de Avaliação de Estudantes*], o desempenho dos jovens também não é animador. Ocupamos as últimas posições no *ranking*. Essa avaliação tem como objetivo saber como os adolescentes entre 15 e 16 anos chegarão ao mercado de trabalho, e, para isso, os domínios avaliados são: compreensão e desempenho em leitura, matemática e ciência. Na última edição do Pisa, 50% dos jovens brasileiros, levando em consideração uma escala que vai de 1 a 6, ficaram no nível 1 ou abaixo de 1. É preocupante. Há uma correlação entre o sucesso ou o fracasso na aprendizagem da leitura nos anos iniciais escolares e depois, durante a trajetória escolar.

Escolas e pré-escolas permaneceram fechadas durante a pandemia | Foto: Shutterstock

Qual o objetivo da PNA?

A PNA é uma bússola que orienta o Ministério da Educação com relação à alfabetização, literacias [*conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionados à leitura e à escrita*] e matemática básica. A política fornece diretrizes, estabelece público-alvo e instrumentos de implementação, e dela decorrem os programas da Secretaria de Alfabetização. Por exemplo, a PNA recomenda que a alfabetização deve ser priorizada no 1º ano do ensino fundamental, ou seja, com crianças até os 6 anos de idade. Uma pesquisa feita nos EUA mostra que, para alunos que não aprendem a ler da forma esperada até o fim do 1º ano do ensino fundamental, a probabilidade é que 90% deles não tenham um bom desempenho de leitura no 3º e 4º anos do ensino fundamental, e 70% a 75% deles tenham a trajetória escolar comprometida.

Tínhamos cerca de 55% dos alunos no fim do 3° ano do fundamental com baixo desempenho em leitura. Isso significa que esses alunos não eram capazes de localizar e extrair uma informação explícita na primeira linha de um texto curto

O artigo 1º da PNA diz que a educação no Brasil deverá basear-se em evidências científicas. A PNA estabelece algum método de alfabetização para ser aplicado nas escolas?

A política não trata de métodos. Não existe uma bala de prata para resolver o problema da alfabetização. Os países bem-sucedidos em educação levam em consideração um currículo bem estruturado, com metas claras e ambiciosas, manuais para alunos e professores, instrumentos de avaliação eficientes e foco na formação dos professores. Não se resolve o problema da educação e da alfabetização apostando só numa dessas balas. A política trata de componentes que são essenciais para a alfabetização de crianças, jovens e adultos, levando em consideração as conclusões do *National Reading Panel* — um documento elaborado nos Estados Unidos para identificar as abordagens mais eficientes na alfabetização de crianças. Por exemplo, um dos seis componentes que constam na PNA é a fluência em leitura oral. Ao fim do 1º ano do ensino fundamental, a criança deve ser capaz de ler de 55 a 60 palavras por minuto. A compreensão em leitura está muito atrelada à fluência, que é um termômetro para saber se o indivíduo está compreendendo ou não aquilo que ele lê.

Embora alfabetizar crianças na primeira infância não seja um objetivo da PNA, alguns críticos dizem que incluir esse público como prioritário poderia incentivar a alfabetização precoce. Como o senhor responde a essas críticas?

Essas críticas não fazem sentido. Na primeira infância, antes da alfabetização formal, precisamos ampliar o vocabulário dos pequenos. Crianças de famílias pobres, aos 4 anos, ouviram 30 milhões de palavras a menos do que crianças de família de classe média alta. Essa questão da riqueza ou pobreza do vocabulário de uma criança tem impacto na aquisição da leitura. Temos, primeiro, de trabalhar com as crianças a compreensão oral. É importante ampliar o vocabulário, melhorar a pronúncia das palavras, modelar a linguagem das crianças naquele período em que elas aprendem a falar as primeiras palavras. As crianças ouvem, falam, depois aprendem a ler e a escrever. Se queremos formar futuros leitores hábeis, não vamos alfabetizá-los primeiro, vamos calibrar certas habilidades que estão muito relacionadas à compreensão oral, à consciência fonológica e ao conhecimento alfabético.

A PNA brasileira se baseou em modelos internacionais para a elaboração de suas diretrizes?

Sim, vários documentos internacionais foram analisados. Chamou muita atenção a experiência portuguesa. Portugal já foi considerado a estrela europeia em ascensão na educação. Na gestão do ex-ministro da Educação de Portugal Nuno Crato, entre 2011 e 2016, o índice de educação do país superou o da Finlândia em um estudo internacional que afere o desempenho de matemática de alunos do 4º a 8º ano do ensino fundamental. Como ele fez isso? Por meio da elaboração de um currículo forte, investimento na formação de professores, elaboração de manuais e calibrando sistemas de avaliação. Isso tudo em um período de recessão e de cortes salariais de professores. Em Portugal, as práticas de literacia familiar [*conjunto de hábitos e conhecimentos que as crianças vivenciam e adquirem com seus pais no seio familiar*] são comuns, e entre as exigências feitas pelo ex-ministro aos especialistas que elaboraram as metas curriculares estavam: alfabetização das crianças até o final do 1º ano do ensino fundamental; a criação de indicadores de fluência em leitura; e a criação do cânone mínimo de obras literárias que as crianças devem ler. Em qualquer livraria em Portugal, há obras infantis com a indicação da faixa etária e que são contempladas pelo Plano Nacional de Leitura de Portugal. Além de Portugal, nossa política de alfabetização tem inspiração em sistemas da Inglaterra, Cingapura e outros países.

O que é o programa *Conta pra Mim* e o que motivou sua criação?

A ciência diz que os pais são os primeiros e mais importantes professores de seus filhos. Explico: ninguém manda uma criança para escola para aprender a falar. A fala se desenvolve no seio familiar. As crianças são expostas naturalmente à língua materna e, com o passar do tempo, começam a falar. Há evidências científicas que demonstram que crianças que ouvem histórias na primeira infância aprendem a ler com mais facilidade e cultivam os hábitos de leitura ao longo da trajetória escolar. Primeiro é preciso abastecer o vocabulário receptivo das crianças, para que, no futuro, elas acionem o expressivo.

A adesão à PNA é voluntária para Estados e municípios. O senhor está satisfeito com a participação e o engajamento dos professores às diretrizes da PNA?

A adesão aos programas do MEC é voluntária, em respeito à autonomia dos entes federados. O MEC não tem o poder para coagir os entes federados a adotarem determinada política. Estou satisfeito, porque os números demonstram o interesse dos professores. O curso on-line com o maior número de inscritos na plataforma do MEC se chama *Práticas de Alfabetização*. Tem quase 500 mil inscritos. Qual é a característica? É um curso de cunho prático. Os profissionais da educação estão sedentos por formações práticas, que são chanceladas pelas evidências científicas. Trago como exemplo o testemunho de uma professora com mais de 25 anos de experiência em alfabetização, da cidade de Capim Branco (MG). Ela conta que sempre alfabetizou sua turma até o fim do 1º ano do fundamental. Com o programa *Tempo de Aprender*, ela conseguiu alfabetizar 80% da turma ainda em março, no início do ano letivo, sendo que os outros 20% eram de alunos que não frequentavam a escola de maneira regular. Ou seja, ela disse que com as orientações do MEC ficou muito mais fácil ensinar as crianças. Hoje são mais de 5 mil entes federados participando do programa e oferecemos formação aos profissionais que coordenam a sua implantação na ponta.

Além da PNA, quais outras iniciativas da Secretaria de Alfabetização o senhor pode destacar?

A adesão do Brasil a dois estudos internacionais — o PIRLS [*Estudo Internacional de Progresso em Leitura*] e o TIMSS [*sigla para Trends In International Mathematics and Science Study*] —, ambos de natureza curricular, diferente do Pisa. Pela primeira vez, o Brasil participa desses estudos, que são fundamentais para avaliar nossas políticas do ensino da leitura, como também da matemática e das ciências. São iniciativas da Secretaria de Alfabetização em parceria com a Secretaria de Educação Básica e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), autarquia vinculada ao MEC. Essa medida vai contribuir com dados importantes para calibrar nossos programas e ações e melhorar a qualidade da educação no país. Além disso, em pouco tempo, o Brasil alcançou o primeiro lugar no *ranking* mundial de *downloads* do GraphoGame — um aplicativo finlandês que ensina crianças a ler jogando. É a primeira vez que o Brasil disponibiliza esse jogo traduzido para o português. Ele não substitui a atuação do professor em sala de aula, mas é uma ferramenta de apoio, e tem como público alvo crianças entre 4 e 9 anos.

Paula Leal, Dagomir Marquezi, com o convidado Bayard Galvão, no OesteCast | Foto: Marcio Komura/Revista Oeste

EDIÇÃO 130

"A PANDEMIA FOI UM MASSACRE EMOCIONAL"

No **OesteCast**, o psicólogo Bayard Galvão fala de fobias, luto, suicídio e das consequências psicológicas da covid-19

redacao@oeste.com

16 SET 2022 - 11:04

Depressão, fobias, hipocondria, luto, o medo da morte, suicídio são temas universais. Em entrevista ao **OesteCast**, o podcast de **Oeste**, o psicólogo Bayard Galvão comenta esses e outros assuntos com leveza e um toque de humor. Gaúcho de nascimento, Bayard enfrenta essas questões de forma não ortodoxa e desmistifica velhas crenças da psicologia, como a de que toda fobia tem origem num trauma. A grande maioria desses casos, segundo ele, se resume ao medo da morte, antigo como a própria humanidade.

Outro destaque da conversa foram as consequências psicológicas da pandemia de covid-19, tratada pelo psicólogo como um "massacre emocional" pela forma como foi conduzida pelas autoridades municipais e estaduais. Fala também do hipnotismo como instrumento terapêutico.

Apresentado pelo jornalista Dagomir Marquezi, o **OesteCast** vai ao ar toda quarta-feira, às 20h30. Aproveitem este espaço para sugerir nomes de entrevistados que vocês gostariam de ver por aqui.

E não se esqueçam de se inscrever no nosso canal.